



SOCIEDADE HISTÓRICA DA INDEPENDÊNCIA DE PORTUGAL
PORTUGUESE HERITAGE SOCIETY

RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL 2024

1. Apresentação	
1.1 Palavras de Abertura do Presidente da Direcção	2
1.2 Órgãos Sociais 2024	3
1.3 Conselho Supremo	4
1.4 Sócios	5 e 6
1.5 Cerimónias Comemorativas do aniversário da Sociedade Histórica..	6
1.6 Cerimónias Comemorativas do 1.º de Dezembro	7 e 8
2. Análise Económica e Financeira	9 a 11
2.1 Situação de Tesouraria (2012/2024)	11 e 12
2.2 Demonstração de Resultados e Balanço	12
2.2.1 Execução Orçamental	12 e 13
3. Demonstrações Financeiras	14 a 41
4. Actividades Culturais	
4.1 Folha de Eventos do Palácio	42 a 49
4.2 Edições e Prémio SHIP	50
5. Palácio da Independência	
5.1 Projecto da Obra de Recuperação do Conjunto Monumental	51 e 52
5.2 Biblioteca da Restauração	53 e 54
5. Agradecimentos	55 a 57

1. Apresentação

1.1 Palavras de Abertura do Presidente da Direcção

O ano de 2024 foi marcado pelas obras de reabilitação do Palácio da Independência, onde a Sociedade Histórica tem a sua sede. Tiveram o seu início no mês de Fevereiro, com duração prevista de um ano, segundo a proposta do empreiteiro – o concurso público previa 18 meses. Diversamente do que chegou a estudado, os órgãos sociais e os serviços da Sociedade Histórica nunca abandonaram o Palácio e mantiveram-se sempre a funcionar aqui. Apesar dos incómodos de trabalhar no meio de um estaleiro de obra, a opção confirmou-se como a mais acertada.

O decurso das obras reflectiu-se, naturalmente, na acentuada quebra das actividades de palestras e debates, sobretudo a partir do 2.º semestre, em que não houve nenhuma, excepto aquelas para que se conseguiu sala no exterior – por exemplo, o Instituto Bartolomeu de Gusmão pôde usar o anfiteatro da Academia de Marinha.

O dia da Sociedade Histórica (24 de Maio), em conjunto com o aniversário da bula *Manifestis Probatum* de 1179 (23 de Maio), foi comemorado em sessão especial no Salão Nobre dos Paços do Concelho, que a Câmara Municipal de Lisboa disponibilizou para o efeito. O Presidente da Câmara, Eng.º Carlos Moedas, seria, aliás, um dos oradores do dia, a que se juntaram o Patriarca D. Rui Valério e o Prof. Nuno Crato, além de mim próprio, como anfitrião do Dia Solene. O General Alexandre Sousa Pinto, na qualidade de Presidente do Júri, fez entrega a Nuno Crato do Prémio Aboim Sande Lemos – Identidade Portuguesa. E o dia acabou com um pequeno Concerto na Praça do Município, interpretado pela Banda Sinfónica do Exército.

No dia 10 de Junho, representei a Sociedade Histórica da Independência de Portugal, no XXXI Encontro Nacional dos Combatentes do Ultramar, em Belém, Pedrouços, tendo sido convidado a proferir o discurso do dia, o que fiz junto ao Monumento Nacional aos Combatentes do Ultramar. Estivemos presentes nas comemorações de outras datas patrióticas como, em 4 de Março, no Porto, para celebrar o aniversário do nascimento do Infante Dom Henrique; em 17 de Junho, em mais um aniversário da Batalha de Montes Claros; e, em 14 de Agosto, dia da Batalha de Aljubarrota, para mais uma edição do Concerto do Condestável, pela Banda Sinfónica do Exército, nas Capelas Imperfeitas do Mosteiro da Batalha, uma ideia nossa oferecida à Câmara Municipal da Batalha e à Fundação Batalha de Aljubarrota.

Continuámos muito activos nas redes sociais, com destaque para o Facebook (nesta altura, com 14.953 seguidores), publicámos a 2.ª edição do livro “O Mais Belo Álbum de Portugal” (com versos de Alberto Caeiro e, agora, em edição bilingue português/inglês), consolidámos a publicação da revista semestral “Independência” e mantivemos em dia a publicação trimestral do Boletim Informativo.

As comemorações do 1.º de Dezembro mantiveram o muito bom nível de anos anteriores e estreámos em modelo de Concerto de Gala, no São Luiz Teatro Municipal, o Concerto do 1.º de Dezembro, pela Banda da Armada, que foi um sucesso. A partir de 2025, será sempre neste grande Teatro da cidade, em 29 de Novembro, à noite, abrindo o programa de comemorações do nosso 1 de Dezembro, a nossa “casa da partida”.

1.2 Órgãos Sociais 2024

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

CARGO/FUNÇÃO	NOME	N.º ASSOCIADO
Presidente	TGEN Alexandre Maria de Sousa Pinto	501
Vice-Presidente	António Bernardino e Silva Gonçalves	101
Vice-Presidente	MGEN João Vieira Borges	968
Secretária	Doutora Ana Maria Ramalho Proserpio	322
Secretário	Doutor José Luís Assis	479

DIRECÇÃO

CARGO/FUNÇÃO	NOME	N.º ASSOCIADO
Presidente	Dr. José Duarte de Almeida Ribeiro e Castro	649
Vice-Presidente	Dr.ª Margarida Sancho da Silva Gonçalves Neto	648
Vice-Presidente	Dr. Gustavo Alexandre Mesquita Guimarães	664
Director Efectivo	Prof. Doutor José Eduardo Franco	507
Director Efectivo	Comandante Orlando Temes de Oliveira	960
Director Efectivo	Dr. Victor Machado Borges	175
Director Efectivo	Eng.º Carlos Seixas da Fonseca	994
Director Suplente	António Miguel Sacadura Mexia de Almeida	749
Director Suplente	Comandante Jorge Manuel Paiva e Pona Franco	252

CONSELHO FISCAL

CARGO/FUNÇÃO	NOME	N.º ASSOCIADO
Presidente	TGEN José Artur Quesada Pastor	384
Vice-Presidente	Eng.ª Isabel Maria Alçada Cardoso	526
Secretário Relator	Dr. António José Varela Brás	838
Vogal Suplente	Dr. José Augusto Pinho Neno	686

1.3 Conselho Supremo (em 31.12.2024)

Cadeira n.º 1		
Cadeira n.º 2	Almirante Luís Manuel Macieira Fragoso	Sócio n.º 906
Cadeira n.º 3	Dr. Rui Carlos Alvarez Carp	Sócio n.º 290
Cadeira n.º 4	General Vasco Rocha Vieira	Sócio n.º 419
Cadeira n.º 5	Dr. José Augusto Alarcão Troni	Sócio n.º 291
Cadeira n.º 6	Dr. João Manuel Loureiro (Vice-presidente)	Sócio n.º 107
Cadeira n.º 7	Doutor Jorge Alberto Hagedorn Rangel	Sócio n.º 109
Cadeira n.º 8	Doutor Jaime Nogueira Pinto	Sócio n.º 86
Cadeira n.º 9	General José Garcia Leandro	Sócio n.º 511
Cadeira n.º 10	Dr. Eugénio Santos Ramos	Sócio n.º 466
Cadeira n.º 11	Juiz Conselheiro António Santos Carvalho	Sócio n.º 110
Cadeira n.º 12	V/Almirante Henrique Alexandre Fonseca (Presidente)	Sócio n.º 570
Cadeira n.º 13	Major General João Jorge Vieira Borges	Sócio n.º 968
Cadeira n.º 14	Ten. Cor. João José Brandão Ferreira	Sócio n.º 73
Cadeira n.º 15	Embaixador Eurico Jorge Henrique Paes	Sócio n.º 625
Cadeira n.º 16	Doutora Maria da Conceição Cunha e Sá	Sócio n.º 312
Cadeira n.º 17	Prof. Doutor José Eduardo Franco	Sócio n.º 507
Cadeira n.º 18	António Bernardino e Silva Gonçalves (Secretário)	Sócio n.º 101
Cadeira n.º 19	Dr. José Duarte Almeida Ribeiro e Castro	Sócio n.º 649
Cadeira n.º 20	Prof. Doutor Renato Manuel Laia Epifânio (Sec. Suplente)	Sócio n.º 786
Cadeira n.º 21	Dr. Luis Gonzaga Villas-Boas Marques	Sócio n.º 85
Cadeira n.º 22	Prof.ª Doutora Annabela de Carvalho Vicente Rita	Sócio n.º 611
Cadeira n.º 23	Embaixador João Rosa Lã	Sócio n.º 752
Cadeira n.º 24	D. Lourenço de Almada	Sócio n.º 471
Cadeira n.º 25	Dr. Juiz José António Penetra Lúcio	Sócio n.º 221
Cadeira n.º 26	Doutor João Craveiro Lopes Lobão	Sócio n.º 369
Cadeira n.º 27	Dr. Francisco Guilherme Garcia dos Santos	Sócio n.º 88
Cadeira n.º 28	Juiz Conselheiro José Monteiro da Silva	Sócio n.º 116
Cadeira n.º 29	Dr. António Leite da Costa	Sócio n.º 406
Cadeira n.º 30	Dr. José de Magalhães Valle de Figueiredo	Sócio n.º 57
Cadeira n.º 31	Doutor João Abel Baptista da Fonseca	Sócio n.º 318
Cadeira n.º 32	Tenente General José Baptista Pereira	Sócio n.º 66
Cadeira n.º 33	Tenente General Alexandre de Sousa Pinto	Sócio n.º 501
Cadeira n.º 34	Doutor Jorge Pereira Sampaio	Sócio n.º 168
Cadeira n.º 35	Major Eng.º Luís Filipe Ribeiro F. Barbosa	Sócio n.º 774
Cadeira n.º 36	Capitão-de-Mar-e-Guerra Doutor José Malhão Pereira	Sócio n.º 389
Cadeira n.º 37	Prof.ª Doutora Ana Maria Homem Leal de Faria	Sócio n.º 767
Cadeira n.º 38	Dr.ª Margarida Maria Sancho da Silva Gonçalves Neto	Sócio n.º 648
Cadeira n.º 39	Padre Dr. Duarte Barros da Cunha	Sócio n.º 126
Cadeira n.º 40	General Luís Vasco Valença Pinto	Sócio n.º 540

1.4 Sócios

No final do ano de 2024, a Sociedade Histórica contava com um total de 1.098 associados. Embora o número de adesões tenha sido mantido em níveis consistentes, o ano foi marcado por desafios externos que impactaram a dinâmica associativa, em particular as obras iniciadas em março de 2024.

Essas obras, embora necessárias, impossibilitaram a presença física dos associados, especialmente os de maior idade ou mobilidade reduzida, dificultando a participação activa nas atividades da Sociedade. Embora o número de adesões tenha sido inferior ao inicialmente projectado, a nossa prioridade continuou a ser a captação de novos membros que agregassem valor ao prestígio da sociedade, seja pela sua qualificação profissional, seja pela representatividade das suas áreas de residência, garantindo uma cobertura mais robusta do território nacional.

A composição dos nossos associados permanece centrada num perfil de alta qualificação e prestígio, com predominância de membros oriundos da alta função pública, oficiais gerais e superiores das Forças Armadas e Militarizadas, magistrados, diplomatas, professores, quadros superiores do sector empresarial e profissionais liberais. Este perfil continua a ser um pilar fundamental para a manutenção da nossa missão e dos nossos valores.

No entanto, o ano de 2024 foi também marcado por perdas significativas.

Tivemos conhecimento do falecimento de **18** associados.

Em termos de desistências e exonerados, registámos 51 associados que deixaram a Sociedade, seja por decisão própria, seja devido a razões internas, nomeadamente por falta de pagamento de quotas. Este número, embora expressivo, reflecte a dinâmica natural das organizações e a manutenção dos padrões de qualidade e prestígio que a Sociedade Histórica procura garantir.

Apesar dessas dificuldades, a Sociedade Histórica continuou a receber adesões, totalizando **47** novos associados no decorrer do ano, (sendo que o primeiro sócio a entrar no ano de 2024 foi o de número 1233).

Em resumo, apesar das dificuldades impostas pelas obras e das perdas associativas, a Sociedade Histórica manteve a missão de atrair novos membros de alto nível e continuar a trajetória de valorização e preservação de um quadro social distinto. O número de adesões e as características dos novos associados indicam que a nossa estratégia continua a ser eficaz, mesmo frente a um ano de desafios.

CATEGORIAS DE SÓCIOS
EFFECTIVOS - 964 Dos quais 285 estão isentos do pagamento de quota ao abrigo do Art.º 15 dos Estatutos
EXTRAORDINÁRIOS - 22
CORRESPONDENTES - 39
BENEMÉRITOS - 4

DE MÉRITO - 11
HONORÁRIOS - 58 Esta categoria/designação reflecte a decisão da Direcção de incluir a título perpétuo, os primeiros 40 números , como homenagem aos primeiros constituidores da Comissão Central 1.º de Dezembro e subscritores do Manifesto de 1861

1.5 Cerimónias Comemorativas do aniversário da Sociedade Histórica

No dia 4 de Junho, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Lisboa, festejamos o 845.º aniversário do reconhecimento da fundação de Portugal (Bula Manifestis probatum, do Papa Alexandre III, de 23 de Maio de 1179) e o 163.º aniversário da Sociedade Histórica da Independência de Portugal (reunião Constitutiva de 24 de Maio de 1861).

Após a abertura pelo presidente da Direcção, Dr. José Ribeiro e Castro, seguiram-se umas palavras do presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Eng.º Carlos Moedas e uma conferência sobre a Bula Manifestis probatum, de 1179, pelo Senhor Patriarca de Lisboa, D. Rui Valério. O programa seguiu com o 5.º Centenário do nascimento de Luís de Camões, onde se apresentou o programa Camoniano da Sociedade Histórica.

Feita a apresentação do projecto “O Novo Manuscrito d’*Os Lusíadas*”, pelo Prof. Doutor Manuel Mota, foram apresentadas duas estrofes transcritas por D. Rui Valério e pelo Eng.º Carlos Moedas. Após o que foi proferida a conferência “Camões – Vida, Figura e Mito”, pelo Prof. Doutor José Carlos Seabra Pereira. A evocação terminou com a recitação de algumas estrofes da obra, alusivas à fundação de Portugal, pelos Conselheiros Directora Dra. Margarida Gonçalves Neto e Dr. João Abel da Fonseca.

Seguiu-se a atribuição do Prémio Aboim Sande Lemos, com intervenção do Presidente do Júri, General Alexandre de Sousa Pinto, procedendo-se à sua entrega ao Prof. Doutor Nuno Crato, pela neta do fundador Prof.ª Doutora Maria da Conceição Sande e Lemos da Cunha e Sá e pelos presidentes da Sociedade Histórica, Dr. José Ribeiro e Castro, e do Júri, General Alexandre de Sousa Pinto.

Por fim, a lição de sapiência do premiado “Duas Visões da Educação”.

Terminada a sessão, realizou-se a inauguração da 3.ª edição da exposição fotográfica “Portugal Global” e, já na Praça do Município, o concerto “Por Portugal e por Camões”, pela Banda Sinfónica do Exército.

1.6 Cerimónias Comemorativas do 1.º de Dezembro

As comemorações deste dia nacional tiveram início no dia 28 de Novembro, pelas 21h00, com o Concerto de Portugal, da Restauração e da Independência, no São Luiz – Teatro Municipal, em que a Banda da Armada, sob a regência do maestro Capitão-de-Fragata Délio Gonçalves, ofereceu a todos os presentes mais uma magnífica actuação.

Na manhã do dia 1 de Dezembro, as cerimónias iniciaram-se às 10h00, com a habitual homenagem aos Heróis da Restauração, na Praça dos Restauradores.

Foi mantido o protocolo de anos anteriores, com a colocação de duas tribunas: a tribuna Presidencial e a tribuna Diplomática.

Na tribuna Presidencial, presidida pelo Senhor Presidente da República, estiveram presentes o Vice Presidente da Assembleia da República, o Ministro da Defesa Nacional, em representação do Governo, Sua Excelência o General António Ramalho Eanes, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, o Presidente da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, o Procurador Geral da República, a Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, a Secretária de Estado da Defesa Nacional, o Chefe do Estado Maior do Exército, os deputados do CDS, PS e Chega, o Chefe da Casa Militar do Presidente da República, o Comandante Geral da GNR, o Director Nacional da PSP, Dom Duarte Pio e sua consorte Senhora D.^a Isabel de Herédia, o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, os representantes dos Chefes dos EMGFA, EMA e EMFA, os comandantes da Polícia Municipal e do Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa, os presidentes da ADFa e da Liga dos Combatentes, os directores dos estabelecimentos militares e civis de ensino convidados, os representantes das entidades que têm com a SHIP protocolos de colaboração e cooperação e os Directores da Sociedade Histórica.

Na tribuna Diplomática, presidida pelos Presidentes da Mesa da Assembleia Geral, Tenente General Alexandre Sousa Pinto e do Conselho Supremo, Vice Almirante Henrique Alexandre da Fonseca, estiveram presentes os Embaixadores e representantes dos seguintes países: São Tomé e Príncipe, Bulgária, Brasil, República Dominicana, Bélgica, Principado de Andorra, Kosovo, Sérvia, Paraguai, Tunísia, China, Malta, Filipinas, Panamá, Angola, Costa do Marfim e Geórgia, a Presidente da Casa Pia de Lisboa, dois elementos dos Órgãos Sociais da Confederação Musical Portuguesa, entidades com protocolo de colaboração com a SHIP e vários associados.

Com a chegada do Presidente da República e prestadas as devidas honras militares, deu-se início às cerimónias com o içar das bandeiras Nacional e da Restauração, ao som dos respectivos hinos, tocados pela Banda do Exército e interpretados pelo Coro Infantil e Juvenil da Casa Pia de Lisboa.

De seguida usaram da palavra o Presidente da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, Dr. José Ribeiro e Castro, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Eng.º Carlos Moedas e o Ministro da Defesa Nacional, Dr. Nuno Melo.

No monumento estavam já as coroas de flores previamente depositadas e ofertadas por algumas entidades presentes, tendo o Presidente da República prestado uma singela homenagem aos Heróis da Restauração da Independência e da Guerra da Aclamação,

junto ao Monumento. Esta evocação foi acompanhada com os toques de silêncio, homenagem aos mortos e alvorada, executados pela Fanfarra do Exército.

A terminar a cerimónia, foram arriadas as bandeiras Nacional e da Restauração, ao som do Hino Nacional, uma vez mais tocado pela Banda do Exército e interpretado pelo Coro Infantil e Juvenil da Casa Pia de Lisboa, saindo as mesmas do dispositivo com a dignidade que lhes é devida.

Seguiu-se a Missa Solene de Acção de Graças, pelas 12h00, na Igreja de São Domingos, presidida por Sua Excelência Reverendíssima, D. Nuno Isidro, Bispo Auxiliar do Patriarcado de Lisboa.

Os cânticos litúrgicos foram interpretados pelo Coro Polyphonia Schola Cantorum.

Da parte da tarde, pelas 15h00, teve lugar o XI Desfile Nacional de Bandas Filarmónicas, uma organização conjunta da Câmara Municipal de Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, EGEAC Lisboa Cultura e Movimento 1.º de Dezembro.

O desfile, que teve início na Av. da Liberdade, junto ao cinema S. Jorge e terminou junto ao monumento dos Restauradores, contou com presença da Banda da Armada, um grupo de bombos e trinta e uma bandas filarmónicas, totalizando cerca de 1.500 músicos, estando representados 15 Distritos do Continente.

Já na Praça dos Restauradores, e após ter usado da palavra o Presidente da Direcção da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, Dr. José Ribeiro e Castro, foram interpretados, em conjunto por todas as bandas presentes, sob a regência do Maestro da Banda da Armada, Capitão-de-Fragata músico Délio Gonçalves, os Hinos da Maria da Fonte e da Restauração.

Para finalizar a tarde e o desfile Nacional de Bandas Filarmónicas 1º de Dezembro, a pedido da Direcção da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, foi interpretada a marcha canção “A Portuguesa”, pela aluna do Instituto dos Pupilos do Exército, Alessandra Samuel, acompanhada por um coro de 15 alunos.

2. Análise Económica e Financeira

No final do ano de 2024, a Sociedade Histórica (SHIP) contava com um total de 1.098 associados. Embora o número de adesões tenha sido mantido em níveis consistentes, o ano foi marcado por desafios externos que impactaram a dinâmica associativa, em particular as obras iniciadas em março de 2024.

Essas obras, embora necessárias, impossibilitaram a presença física dos associados, especialmente os de maior idade ou mobilidade reduzida, dificultando a participação activa nas atividades da sociedade. Embora o número de adesões tenha sido inferior ao inicialmente projetado, a nossa prioridade continuou a ser a captação de novos membros que agregassem valor ao prestígio da sociedade, seja pela sua qualificação profissional, seja pela representatividade das suas áreas de residência, garantindo uma cobertura mais robusta do território nacional.

A composição dos nossos associados permanece centrada num perfil de alta qualificação e prestígio, com predominância de membros oriundos da alta função pública, oficiais gerais e superiores das Forças Armadas e Militarizadas, magistrados, diplomatas, professores, quadros superiores do sector empresarial e profissionais liberais. Este perfil continua a ser um pilar fundamental para a manutenção da nossa missão e dos nossos valores.

No entanto, o ano de 2024 foi também marcado por perdas significativas.

Tivemos conhecimento do falecimento de **18** associados.

Em termos de desistências e exonerados, registámos 51 associados que deixaram a Sociedade, seja por decisão própria, seja devido a razões internas, estas por falta de pagamento de quotas. Este número, embora expressivo, reflete a dinâmica natural das organizações e a manutenção dos padrões de qualidade e prestígio que a SHIP procura garantir.

Apesar dessas dificuldades, a SHIP continuou a receber adesões, totalizando **47** novos associados no decorrer do ano, (sendo que o primeiro sócio a entrar no ano de 2024 foi o 1233) .

Em resumo, apesar das dificuldades impostas pelas obras e das perdas associativas, a SHIP manteve a missão de atrair novos membros de alto nível e continuar a trajetória de valorização e preservação de um quadro social distinto. O número de adesões e as características dos novos associados indicam que a nossa estratégia continua a ser eficaz, mesmo frente a um ano de desafios.

CATEGORIAS DE SÓCIOS
EFFECTIVOS – 964 *Dos quais 285 estão isentos do pagamento de quota ao abrigo do Art.º 15 dos Estatutos
EXTRAORDINÁRIOS - 22
CORRESPONDENTES – 39
BENEMÉRITOS -4
DE MÉRITO – 11
HONORÁRIOS – 18 HONORÁRIOS – 40 Nos honorários , incluem-se, a título perpétuo, os 40 fundadores, em 1861, da, então, Comissão Central 1.º de Dezembro de 1640.

Em 2024 a receita da quotização – no valor de 234.406 euros – cobre apenas a massa salarial, no montante de 189.380 euros, e os custos com contratos anuais no montante de 16.169 euros, e os custos com fornecimentos e serviços externos que foram no montante de 19.435 euros, pelo que, no curto prazo, terminando as obras de fundo no Palácio da Independência que estão a decorrer e que o permitam abrir aos milhares de turistas que demandam Lisboa e a Baixa Chiado, a Sociedade Histórica não é sustentável sem o apoio do Estado. Aliás, como sucede com as Academias e Sociedade de Geografia de Lisboa.

O Balanço de 2024, a apresentar à Assembleia Geral, revela os seguintes macro valores: despesa 318.976,44 euros; receita 373.836,96 euros; ou seja, um superavit do ano: + 54.859,52 euros, derivado essencialmente do acréscimo do fomento associativo relativamente ao ano transato e aos donativos de diversas entidades.

.As Contas são assinadas por CC – Contabilista Certificado – no cumprimento do SNC – Sistema Nacional de Contabilidade, aplicado às ESFL – Entidades Sem Fim Lucrativos. A Sociedade Histórica não tem encargos bancários nem endividamento.

A Sociedade não tem dívidas perante a Autoridade Tributaria nem perante a Segurança Social e as remunerações e subsídios são pagos nos prazos legais.

A Sociedade Histórica orgulha-se da sua profunda responsabilidade social, concedendo redução ou isenção de custos de utilização temporária de espaços no Palácio a instituições, culturais e sociais, desprovidas de meios de pagamento das suas atividades de interesse público, que exijam interface com a sociedade civil.

A Câmara Municipal de Lisboa confirmou, pela assinatura solene, em 24 de Maio de 2021, de dois Protocolos com a Sociedade Histórica, sendo um tripartido também com a DGPC, dirigidos à obra de recuperação do Conjunto Monumental – Palácio da Independência, assim consolidando a promessa pública do Município (cujo cumprimento se iniciou com o Protocolo de 2019, então destinado ao projecto): Por estes actos

reconhece a importância histórica e patrimonial do Palácio e seu Conjunto Monumental, visando a sua abertura ao público, especialmente no jardim já existente e num novo espaço museológico. Estes dois últimos Protocolos foram aprovados pela Câmara e Assembleia Municipais, ainda antes das eleições autárquicas de 2022.

Entre 2020 a 2023, o Município de Lisboa transferiu para a Sociedade Histórica, como receita consignada, a importância total de 628.625 euros.

Em 2024 foram transferidas duas tranches de 505.625 euros perfazendo o total de 1.639.875 euros.

Destes, foram já gastos até 31 de Dezembro de 2024 em obras de reconstrução do Palácio o montante de 1.731.839,42 euros.

Foram ainda recebidos durante o ano de 2024 os montantes de 10.000 euros e de 100.000 euros doados pelo BCP e Grupo Jerónimo Martins, respetivamente, para obras de reconstrução do Palácio e para o novo Museu.

Assim, a recuperação de fundo do Palácio da Independência assenta, no futuro, no cumprimento daqueles dois Protocolos de cooperação assinados a 24 de Maio de 2021, sendo um deles tripartido e aprovado também pelo Ministério da Cultura/Direcção Geral do Património Cultural. Envolvem as seguintes três partes: Sociedade Histórica – dona da obra; Município de Lisboa – financiador; e Ministério da Cultura – Direcção Geral do Património Cultural, representante do Estado proprietário e supervisor da intervenção.

2.1 Situação de Tesouraria (2012/2024)

A situação de tesouraria evoluiu entre (2012/2024), de acordo com o seguinte quadro:

DISPONIBILIDADES TESOURARIA IMEDIATA													
	Ano 2012	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020	Ano 2021	Ano 2022	Ano 2023	Ano 2024
Depósitos	10.799	201.403	175.893	135.864	120.162	105.923	48.261	69.514	92.737	429.955	642.738	814.217	591.102
A Receber	20.713	17.413	1.670	13.118	21.275	23.940	24.659	113	17.250	4.789	4.789	5.989	6.489
Soma	31.512	218.816	177.563	148.982	141.437	129.863	72.920	69.627	109.987	434.744	647.527	820.206	597.591
A Pagar	-56.799	-5.617	-1.254	-4.196	-8.125	-7.961	-2.949	-42.829	-23.200	-27.375	-27.416	-36.779	-176.368
Dividas Banca	-69.923												
Vencimentos	-5.752	-4.370	-32	-68				-45	-45	0	0	0	0
Impostos	-6.112	-6.613	-6.884	-3.438	-3.938	-5.322	-10.261	-9.271	-6.194	-4.687	-9.554	-8.629	-8.629
Soma	-138.586	-16.600	-8.170	-7.702	-12.063	-13.283	-13.210	-52.145	-29.439	-32.062	-36.970	-45.408	-184.997
Saldo	-107.074	202.216	169.393	141.280	129.374	116.580	59.710	17.482	80.548	402.683	610.557	774.798	412.594
Varição	-8.337	309.290	-44.083	-16.853	-11.906	-12.793	-56.872	-42.227	63.066	322.134	207.874	164.241	-362.204

NOTA: No valor de Abril de 2020 estão refletidos alguns dos donativos de sócios extraordinários (por exemplo Heping Shen)

No plano dos principais rácios da sociedade em 2024, as despesas com o pessoal tiveram um aumento de 4,05% e o FSE – Fornecimentos e Serviços Externos tiveram um acréscimo de 1,4 %. Os custos com Depreciação e Amortização quase que duplicaram porque passaram a ser amortizados os bens que foram doados à sociedade. Nos últimos anos mantêm-se dentro de valores idênticos.

Os Outros Gastos e Perdas aumentaram 1,4 %.

A empresa não tem juros de endividamento/bancário.

A nível de contas de balanço verificam-se acréscimos significativos no que se refere à rubrica de valores a pagar a fornecedores porque estão a decorrer as obras de reabilitação do Palácio e consequentemente aumentaram as dividas a fornecedores. Também a rubrica de impostos a pagar ao Setor Publico aumentaram significativamente porque as obras a sociedade gozam de inversão do sujeito passivo passando a sociedade a liquidar o IVA ao Estado.

No que se refere às disponibilidades de tesouraria em depósitos bancários, o valor disponível sofreu um aumento significativo essencialmente devido aos valores recebidos para fazer face às obras a decorrer no Palácio.

2.2 Demonstração de Resultados e Balanço

2.2.1 Execução Orçamental

Analisando, de modo geral, a execução orçamental de 2024, poder-se-á referir, em síntese:

• **RECEITA** – 373.835,96 euros (trezentos e setenta e três mil, oitocentos e trinta e cinco euros e noventa e seis cêntimos), distribuídos pelos seguintes valores principais:

- Edições SHIP- stock existente	3.287,97
- Seminários	865,00
- Visitas ao Palácio	79,00
- Academia Luis de Camões	240,00
- Outras Visitas	165,00
- Visitas Culturais em Portugal	22.908,50
- Fomento Associativo	234.405,60
- Donativos Gerais	22.167,80
- Subsídios Diversos	24.569,76
- Plano Financiamento	5.518,18
- FSE- Serviços Secundários	244,75
- Comunicações	28,00
- Contratos Anuais-Rendas	3.227,82
- Edição Boletim Informativo	2.500,00
- Com.Port.Hist.Militar	22.800,00
- Protocolos (Junta de Freguesia)	2.520,00

- Fundo Sande Lemos	22.124,17
- Inatel	2,000,00
- Fundação BCP	1.137,88

• DESPESA – 318.976,44 euros (trezentos e dezoito mil, novecentos e setenta e seis euros e quarenta e quatro cêntimos) distribuídos pelos valores mais significativos:

- Comemorações dia da SHIP	802,94
- Comemorações 1º Dezembro	18.945,90
- Comemorações Batalha de Aljub.	246,00
- Premio Aboim Sande Lemos	10.485,85
- Premio Imprensa Nacional	2.000,00
- Edições SHIP- stock existente	467,93
- Conferencias	307,20
- Seminários	326,93
- Visitas Culturais em Portugal	15.123,73
- Donativos e patrocínios	1.553,19
- Conservação e reparação	2.970,20
- Forn.Serv.Externos	22.091,77
- Comunicações	6.331,25
- Mat.Consumo Corrente	4.285,11
- Contratos Anuais	19.396,30
- Custos com Pessoal	189.380,74
- Custos e Perdas Financeiras	1.087,77
- Notariado e impostos (IMI)	6.148,04
- Pagina site e com social	829,44
- Fundo Sande Lemos	2.098,67
- Amortizações do exercício	14.130,12

É de salientar que nos custos com pessoal já estão considerados os direitos adquiridos pelos colaboradores em 2024 de receberem a retribuição das férias e o respetivo subsídio, bem como os encargos com a Segurança Social e a Fiscalidade. Note-se que incluímos nesta rubrica os custos com as deslocações, transportes de pessoal, diuturnidades, abonos para falhas, isenção de horário de trabalho.

SALDO – positivo de 54.859,52 euros (cinquenta e quatro mil, oitocentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e dois cêntimos).



Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2024

A handwritten signature in blue ink is located in the bottom right corner of the page. The signature is stylized and appears to be a single name.



Índice

Balanço	3
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	4
ANEXO.....	5
1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE.....	5
2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	5
3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS.....	5
3.1 BASES DE APRESENTAÇÃO.....	5
3.2 POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO.....	8
4 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS.....	13
5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS.....	13
6 ATIVOS INTANGÍVEIS.....	15
8 INVESTIMENTOS EM CURSO.....	17
9 LOCAÇÕES FINANCEIRAS.....	18
10 EMPRÉSTIMOS OBTIDOS.....	18
11 INVENTÁRIOS.....	18
12 REDITO.....	18
13 PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES.....	19
14 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS.....	19
15 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO.....	20
16 BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS.....	21
17 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS.....	22
18 OUTRAS INFORMAÇÕES.....	22
18.1 CLIENTES.....	22
18.2 OUTRAS CONTAS A RECEBER.....	22
18.3 DIFERIMENTOS.....	23
18.4 CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS.....	24
18.5 FUNDOS PATRIMONIAIS.....	24
18.6 FORNECEDORES.....	25
18.7 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS.....	26
18.8 OUTRAS CONTAS A PAGAR.....	26
18.9 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS.....	27
18.10 OUTROS GASTOS E PERDAS.....	27
18.11 ACONTECIMENTOS APÓS DATA DE BALANÇO.....	28

2

**BALANÇO**

Sociedade Histórica da Independência de Portugal
Contribuinte: 500 879 294

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

UNIDADE MONETARIA €

CONTAS	RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
			31-12-2024	31-12-2023
	ACTIVO			
	Activo não corrente			
43	Activos fixos tangíveis	5, 9	818.014,79	832.364,01
42	Procedimentos de Investimento - Bens do Património Histórico e C.	7	-	-
44	Activos intangíveis	6	-	-
45	Investimentos (em Curso)	8	1.711.839,42	95.816,50
			2.560.664,21	1.029.560,41
	Activo corrente			
33	Inventários	18	59.106,87	59.665,70
21	Clientes	19.1	6.489,00	5.989,00
22	Adiantamentos a Fornecedoros	19.4	-	375,47
	Estado e outros entes públicos		-	-
	Administrados/Adops		-	-
27	Dúvidas cobradas a receber	19.2	1.068,00	2.241,33
28	Diferimentos	19.3	2.243,18	921,00
37	Depósitos bancários e Caixa	19.6	561.303,33	814.470,88
			640.209,72	879.663,38
	Total do activo		3.200.873,93	1.909.223,79
	FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
	Fundos Patrimoniais			
34	Prémios (Fundo Fundo Leões)	19.5	34.708,00	34.708,00
	Outras reservas - Doações		403.876,58	-
36	Resultados transitados	19.5	308.125,63	339.700,54
35	Outras variações nos Fundos Patrimoniais	34,19,5	2.127.500,37	1.473.136,87
33	Resultado líquido do exercício	18	34.832,52	38.623,11
	Total do Fundos Patrimoniais		3.029.042,12	1.854.957,52
	Passivo			
22	Fornecedoros	19.6	343.071,70	5.527,74
21	Adiantamentos de clientes	19.1	1.275,00	1.275,00
24	Estado e outros entes públicos	19.7	88.829,71	8.428,16
27	Dúvidas cobradas a pagar	19.8	35.396,36	11.241,33
28	Diferimentos	19.3	5.240,99	7.388,20
			381.494,81	34.270,43
	Total do passivo		381.494,81	34.270,43
	Total do Fundos Patrimoniais e do passivo		3.210.536,93	1.889.228,02

Pela Direcção

O Presidente

(José Ribeiro e Castro)

O Contabilista Certificado

Maria Gracinda Barata Monteiro
C.N.º 21760



Demonstração de Resultados

Sociedade Histórica da Independência de Portugal
CNPJ nº 00.875.294

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FIM DO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

UNIDADE MONETÁRIA €

(CONTAS)	REVENHIMENTOS e GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
			31-12-2020	31-12-2019
	GASTOS			
81	Costo Líquido Vendidos			
82	Provisionamentos e reservas constituídos	11	497,00	1.761,00
83	Gastos com o pessoal	12.0	157.553,85	140.780,30
84	Gastos/Verbações de administração e de administração	07	249.248,24	180.815,18
86	Perdas por Impulsão	08.0	14.130,17	14.130,17
88	Outros Gastos e Perdas		-	-
89	Gastos e Perdas de Exercícios Anteriores	03.1	7.778,30	6.798,70
	TOTAL DOS GASTOS		418.177,56	344.285,35
	REVENHIMENTOS			
71	Vendas			
72	Preço de Serviços	13	1.199,00	411,00
73	Receitas de Dotação	14	54.348,31	54.297,20
78	Dotação de Investimentos e Recursos	14	46.511,31	21.838,86
18	Impostos, Descontos e Outros Rendimentos Fiscais	15	227.244,41	173.638,24
	TOTAL DOS REVENHIMENTOS		339.302,03	270.185,30
	Resultado Líquido do período		(88.875,53)	(74.099,05)

O Presidente

José Ribeiro e Sousa

Pelo Direção

O Diretor Financeiro Certificado

Marta Gabriela Sousa Almeida
CC nº 27260





Anexo

1 Identificação da Entidade

A Sociedade Histórica da Independência de Portugal, doravante abreviadamente designada por SHIP, tem 1058 associados, de classe elevada, idade avançada e rendimentos médios, predominando alta função pública, oficiais, generais e superiores das Forças Armadas e Militarizadas, Magistrados, Diplomatas, professores, Quadros Superiores do sector empresarial e Profissões Liberais. A quota é de 60 euros/ano e não cobre as despesas de funcionamento.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As presentes Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2013 de 9 de março e atualizada pelo Aviso nº 8259/2015, de 29 de julho.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceitual



independentemente do momento do pagamento ou do recebimento] sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Todo a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade, sendo que a materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas pelos utentes com base nas demonstrações financeiras. Poderão existir itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras, contudo podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.



3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante de mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade ao longo do tempo. Procedendo-se a



alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

Nada indica que possa ter havido alterações de critérios contabilísticos.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa e seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa e seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.



As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada conforme tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Esta rubrica inclui essencialmente os edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam a venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

Os Ativos Fixos tangíveis estão registadas pelo valor determinado por avaliação efetuada por Entidade especializada independente em 2012. No que se refere às reparações, as mesmas estão valorizadas ao custo de aquisição.

Os restantes Ativos Fixos Tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado, inclui não só o custo de compra, mas também quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas assim que os bens estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada conforme tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Ativos Fixos Tangíveis	4 - 10

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que as mesmas se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".



Os ativos fixos tangíveis têm estado a ser registados ao custo histórico e dada a natureza especial desta entidade alguns dos seus itens estão a ser avaliados periodicamente.

3.2.4 Ativos Fixos Intangíveis

Os Ativos Fixos Intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado, inclui não só o custo de compra, mas também quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

3.2.5 Investimentos em Curso

Os Investimentos em Curso estão registados ao custo de aquisição.

O custo de aquisição inicialmente registado, inclui não só o custo de compra, mas também quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

3.2.6 Inventários

Os "inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

3.2.7 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tomam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.



Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundo" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.9 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e os quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um ex-fluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas são divulgados sempre que a possibilidade de existir ex-fluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.10 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

A empresa não regista a 31 de dezembro de 2022 quaisquer "Empréstimos Obtidos".



3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), estão isentos de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) "As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: "A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao Diretor-Geral dos Impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas."

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.



As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia bruta escriturada, as depreciações acumuladas, e reconciliação da quantia escriturada no exercício de 2024 e de 2023 foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:



Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

Descrição	2024					Saldo Final
	Saldo Inicial	Revisões / Dotações	Abates	Transferências / Regularizações	Reversizações	
Edifícios e Outras Construções	1.735.486,55	0,00	0,00	0,00	0,00	1.735.486,55
Medida das Projeções de Valor	205.193,11					205.193,11
Edifícios - Grandes Reservas (contabilizados a 2023)	824.595,00					824.595,00
Previdência Obrigatória - Fundo de Reserva	605.899,75	0,00	0,00	0,00	0,00	605.899,75
Previdência Obrigatória - Avaliação 2022	158.000,42					158.000,42
Previdência Obrigatória - Gênes de 2023 e 2024	14.267,12					14.267,12
Previdência Obrigatória - Projeção 2024-2025	294.000,00					294.000,00
Previdência Obrigatória 2023-2024	47.852,21					47.852,21
Outros Bens do Patrimônio	20.452,40					20.452,40
Equipamento Administrativo	106.730,54	0,00	0,00	0,00	0,00	106.730,54
Em informática, com imagens e diversos	15.475,53					15.475,53
Avaliação 2023	91.255,01					91.255,01
Outros Ativos Não Tangíveis	47.490,00	0,00	0,00	0,00	0,00	47.490,00
Patrimônio	35.000,00					35.000,00
Quotas - Gênes de Arte	12.490,00					12.490,00
Total	1.830.675,84	0,00	0,00	0,00	0,00	1.830.675,84
	Revisão consolidada					
Edifícios e Outras Construções	876.450,62	24.130,11	0,00	0,00	0,00	896.580,73
Medida das Projeções de Valor	0,00					0,00
Edifícios - Grandes Reservas (contabilizados a 2023)	824.595,00					824.595,00
Previdência Obrigatória - Fundo de Reserva	48.261,78	17.054,86	0,00	0,00	0,00	65.316,64
Previdência Obrigatória - Avaliação 2022	25.216,54	2.295,14				27.511,68
Previdência Obrigatória - Gênes de 2023 e 2024	10.071,89	2.214,26				12.286,15
Previdência Obrigatória - Projeção 2024-2025	5.257,50	5.767,98				11.025,48
Previdência Obrigatória 2023-2024	27,86	27,86				55,72
Outros Bens do Patrimônio	2.007,60	2.315,21				4.322,81
Equipamento Administrativo	15.475,53	0,00	0,00	0,00	0,00	15.475,53
Em informática, com imagens e diversos	2.295,53					2.295,53
Avaliação 2023	13.180,00					13.180,00
Outros Ativos Não Tangíveis	35.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00
Patrimônio	35.000,00					35.000,00
Quotas - Gênes de Arte	0,00					0,00
Total	876.980,15	24.195,22	0,00	0,00	0,00	901.890,17

Ativo Não Tangível Líquido

918.814,78



Paul

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014

Descrição	2014					
	Saldo Inicial	Aquisições / Dotações	Alíquotas	Transferências / Regularizações	Realizações	Saldo Final
Edifícios e Outros Construções	1.273.199,29	482.957,25	0,00	0,00	0,00	1.756.156,54
União das Freguesias de Faro	204.755,31					204.755,31
Edifícios - Grandes Reguços (anteriores a 2011)	824.593,00					824.593,00
Realiz. 3 Outubro - Fundo Fundo Leões	393.296,98	482.871,25	0,00	0,00	0,00	876.168,23
Realiz. 3 Outubro - Avaliação 2012	159.309,47					159.309,47
Realiz. 3 Outubro - Obras de 2011 e 2012	65.237,11					65.237,11
Preço 15 de Junho Faro 2010-Dotação		394.520,00				394.520,00
Preço 15 de Junho 2012-Dotação		47.857,25				47.857,25
Outras fontes de capital	20.457,00					20.457,00
Equipamento Administrativo	106.756,55	0,00	0,00	0,00	0,00	106.756,55
Eq. informático, som, imagem e diversos	15.473,53					15.473,53
Avaliação 2012	91.283,02					91.283,02
Outros Ativos Físicos Tangíveis:	47.490,00	0,00	0,00	0,00	0,00	47.490,00
Biblioteca	35.000,00					35.000,00
Quadros - Obras de Arte	12.490,00					12.490,00
Total	1.427.017,83	482.957,25	0,00	0,00	0,00	1.910.075,08
Edifícios e Outros Construções	892.216,55	14.130,13	0,00	0,00	0,00	906.346,68
União das Freguesias de Faro	0,00					0,00
Edifícios - Grandes Reguços (anteriores a 2011)	824.593,00					824.593,00
Realiz. 3 Outubro - Fundo Fundo Leões	393.296,98	12.984,84	0,00	0,00	0,00	406.281,82
Realiz. 3 Outubro - Avaliação 2012	23.831,40	0,00				23.831,40
Realiz. 3 Outubro - Obras de 2011 e 2012	12.857,44	0,00				12.857,44
Preço 15 de Junho Faro 2010-Dotação		0,00				0,00
Preço 15 de Junho 2012-Dotação		12,85				12,85
Outras fontes de capital	1.072,94	1.145,24				2.218,18
Equipamento Administrativo	16.470,54	0,00	0,00	0,00	0,00	16.470,54
Eq. informático, som, imagem e diversos	3.235,07					3.235,07
Avaliação 2012	13.235,47					13.235,47
Outros Ativos Físicos Tangíveis:	35.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00
Biblioteca	35.000,00					35.000,00
Quadros - Obras de Arte	0,00					0,00
Total	912.880,04	14.130,13	0,00	0,00	0,00	927.010,17

Ativo Físico Tangível Útilizado 912.744,93

O material administrativo é composto por diversas rubricas:

- Equipamento informático, equipamento de som e imagem, mobiliário diverso, quadros, painel de azulejos, etc.

A avaliação de 2015 refere-se a uma avaliação independente efetuada em 2015 para todo este equipamento informático e está assim registado na contabilidade dado tratar-se de muito material. O valor total da avaliação do equipamento administrativo é de 103.705,00 € incluindo o equipamento informático, de som e imagens. Daí que esta rubrica apresente apenas o valor de 91.255,00 €.

As obras de arte são as seguintes:

25



- Quadro Gabriela Costa	350,00
- Quadro Lusitana Pátria Minha	5.000,00
- Quadro D. João IV	2.300,00
- Quadro São Nuno Santa Maria	2.600,00
- Quadro Rainha D. Leonor	2.200,00

Por se tratar de obras de arte podem não ser amortizadas ao abrigo do DL 25/2009.

Deve ser feita uma avaliação independente, assim que possível a todos os imóveis da sociedade a fim de ser definido o valor real dos mesmos.

6 Ativos Intangíveis

Doutros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no período de 2024 e de 2023, foram as seguintes:

Descrição	2024					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências / Regularizações	Revalorizações	
Valor Aquisição						
Programas de Computador	2.978,14					2.978,14
Total	2.978,14	0,00	0,00	0,00	0,00	2.978,14
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	2.978,14					2.978,14
Total	2.978,14	0,00	0,00	0,00	0,00	2.978,14
Ativo Fixo Tangível Líquido	0,00					0,00

Descrição	2023					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências / Regularizações	Revalorizações	
Valor Aquisição						
Programas de Computador	2.978,14					2.978,14
Total	2.978,14	0,00	0,00	0,00	0,00	2.978,14
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	2.978,14					2.978,14
Total	2.978,14	0,00	0,00	0,00	0,00	2.978,14
Ativo Fixo Tangível Líquido	0,00					0,00



8 Investimentos em Curso

Referem-se a trabalhos de restauro e pintura das paredes circundantes e dos painéis de azulejos do Jardim iniciadas em outubro de 2020, sendo que as obras de restauração do Palácio ainda não tiveram início.

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no período de 2021 a 2024, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2024					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências / Regularizações	Revalorizações	
Valor Aquisição						
Obras no Palácio-CM	96.816,50	1.635.072,92	-	-	-	1.731.889,42
Total	96.816,50	1.635.072,92	0,00	0,00	0,00	1.731.889,42
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	96.816,50	1.635.072,92	0,00	0,00	0,00	1.731.889,42

Ativo Fixo Tangível Líquido 96.816,50 1.731.889,42

Descrição	2023					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências / Regularizações	Revalorizações	
Valor Aquisição						
Obras no Palácio-CM	92.179,55	4.636,95	-	-	-	96.816,50
Total	92.179,55	4.636,95	0,00	0,00	0,00	96.816,50
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	92.179,55	4.636,95	0,00	0,00	0,00	96.816,50

Ativo Fixo Tangível Líquido 92.179,55 96.816,50

As obras dos painéis de azulejos circundantes à Fonte do Jardim foram no montante de 20.452,60 euros tendo sido recebidos da Fundação Millennium BCP a quantia de 15.000 euros em 2021 e 5.500 euros em 2022. Em custos apenas são considerados os valores das amortizações do exercício segundo as regras do SNC, tendo sido o mesmo valor levados a proveitos. No que se refere às restantes obras de remodelação e restauração, são registadas em investimentos em curso e apenas serão amortizadas quando do seu término. Será também nessa altura que serão considerados os valores dos subsídios.



Os dispêndios com os projetos de reconstrução do Palácio totalizam até ao momento 1.731.839,42 €, tendo já sido recebido da Câmara Municipal de Lisboa o montante de 1.639.875,00 €.

Neste exercício de 2024 foi ainda recebido o montante de 100.000 € subsídio dado pelo Grupo Jerónimo Martins.. Os investimentos em causa são apresentados no Balanço juntamente com os ativos tangíveis.

9 Locações Financeiras

A Entidade não detém qualquer contrato de locação financeira.

10 Empréstimos Obtidos

A Entidade não detém qualquer empréstimo obtido.

11 Inventários

Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Ano 2024	Ano 2023
	Mercadorias	Mercadorias
Existências Iniciais	70.085,82	96.067,58
Compras	1.883,63	6.085,04
Ofertas e abatimentos		1.052,50
Regularização stocks	2.027,47	-
Desvalorização de Stock	14.418,12	14.418,12
Existências Finais	59.106,87	55.665,70
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	467,53	3.701,30

As existências em inventários referem-se a livros para venda, crachás e emblemas.

12 Redito



No que se refere aos anos de 2024 e 2023 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2024	2023
Vendas	1.263,00	4.512,00
Prestação de Serviços	24.346,50	34.357,50
Turismo Cultural	-	-
Visitas guiadas	22.867,50	27.458,00
Cursos	405,00	2.653,00
Comemorações Ship	665,00	3.930,00
Serv. Secundários	91,00	336,50
Total	29.633,50	68.869,50

As vendas referem-se à variações nos inventários de livros.

As prestações de serviços têm origem em outras atividades da Sociedade Histórica, como cursos, exposições, conferências, lançamentos de livros, bem como visitas culturais.

13 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

No período em questão, não ocorreram operações relativas a provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

Os restantes subsídios foram reconhecidos em investimento uma vez que segundo as normas do SNC (Sistema de Normalização contabilística) os subsídios apenas deverão ser reconhecidos em proveitos na mesma proporção do reconhecimento dos respetivos gastos.

14 Outros Rendimentos e Ganhos

Em 31 de dezembro 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Entidade apresentava os seguintes saldos nas rubricas de "Outros Rendimentos e Ganhos":



Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

Descrição	2024	2023
Rendimentos suplementares	281.043,14	227.159,93
Quotizações		
Socios Efetivos	96.668,64	38.784,93
Socios Extraordinarios	194.375,00	188.375,00
Alienações		
Outros Rendimentos e Ganhos	112.344,49	82.687,34
Fundo Sante Lemos	22.124,17	23.168,50
Comissão Portuguesa de Historia Militar	22.800,00	17.100,00
Consignação IRS	5.518,18	3.971,77
Junta de Freguesia	2.520,00	3.668,50
Inatel	2.000,00	
Com. Defesa Nacional		5.300,00
Subsídios Diversos	2.045,25	2.826,13
Correcções exercicios anteriores	4.354,66	3.665,83
Imputação de subsídios	5.542,42	4.430,08
Restituição de Impostos		
Donativos	45.229,89	19.156,53
Total Global de Subsídios	948.187,93	310.846,87

15 Imposto sobre o Rendimento

A entidade está isenta de imposto sobre o rendimento ao abrigo do artigo 10º do IRC nas operações de carácter social, dirigidas à prossecução dos fins estatutários, não havendo lugar a imposto sobre o rendimento no período no resultado apurado nestas atividades.

Para além das atividades isentas de IRC, a SHIP também obteve rendimentos da atividade de venda de livros e as prestações de serviços acima referidas no ponto 12, pelo que os seus resultados fiscais são os seguintes:



Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

Descrição	2024	2023
Resultado fiscal antes de impostos	54.859,53	38.427,11
Juros de mora e compensatórios	-	-
Corrções exercícios anteriores	47,34	314,11
Multas e penalidades fiscais		
Despesas não devidamente documentadas	86,62	605,94
Resultado fiscal antes de impostos sujeitos	54.993,49	39.173,36
Taxa de imposto		
Impostos sobre o rendimento		
Taxa eletrónica de imposto		

A sociedade, por se tratar de uma entidade de interesse público tem isenção de IRC na sua totalidade, em todos os resultados provenientes da sua atividade sem fins lucrativos.

16 Benefícios dos empregados

Nos exercícios de 2024 e de 2023 a entidade tinha 8 colaboradores.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários nos dois exercícios foram os seguintes:

Descrição	2024	2023
Remunerações ao pessoal	155.701,83	148.908,13
Indemnizações	-	-
Encargos sobre as remunerações	20.999,05	31.806,49
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	1.524,81	1.675,94
Formação Profissional		320,00
Outros gastos com o Pessoal	1.071,89	102,60
Total	189.298,18	181.913,16

Os valores de remunerações de pessoal incluem as remunerações mensais, subsídios de férias e de Natal, subsídio de alimentação, ajudas de custo, abono para falhas e isenção de horário de trabalho



17 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

18 Outras informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

18.1 Clientes

Para os períodos de 2024 e 2023 a rubrica "Créditos a receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2024		2023	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Ativo Corrente				
Clientes	5.489,00	-	5.969,00	-
Passivo Corrente				
Adiantamentos de clientes	-1.275,00	-	-1.275,00	-
Total	5.214,00	0,00	4.714,00	0,00

18.2 Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, a seguinte decomposição:



Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

Descrição	2024	2023
Outras Contas a receber	1.068,05	2.341,52
Devedores por acréscimos de rendimentos	124,00	1.051,97
Créditos a utilizar futuramente	744,05	1.129,55
Adiantamentos ao pessoal	200,00	150,00
Total	1.068,05	2.341,52

Os devedores por acréscimo de rendimentos incluem as quotas recebidas em 2024, referentes a 2024 mas cujos recibos apenas serão emitidos em 2025.

Os créditos a utilizar futuramente referem-se a transferências de pessoas singulares ou entidades efetuadas por engano, em que a seu pedido o montante não será devolvido e ficará em crédito para utilização futura.

18.3 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2024	2023
Gastos a Reconhecer - Ativo Corrente		
Outros custos diferidos	2.243,58	921,03
Total	2.243,58	921,03
Bandimentos a Reconhecer - Passivo corrente		
Quotas a reconhecer	5.240,99	7.589,26
Total	5.240,99	7.589,26

Os outros custos diferidos referem-se a documentos emitidos em 2024, mas em que o reconhecimento do gasto 2025,

O valor de quotas a receber são montantes recebidos em anos anteriores referentes a quotas de 2025 a 2026.



18.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2024	2023
Caixa	73,38	262,13
Depósitos à ordem	342.893,36	571.016,75
Depósitos a prazo	348.235,50	343.205,00
Total	591.202,22	814.478,88

18.5 Fundos Patrimoniais

No que se refere aos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações em 2024 e em 2023:

Descrição	2024			
	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundo Sonda Irmãos	14.708,00	-	-	14.708,00
Resultados transitados	329.700,54	38.423,11	-	368.122,65
Doações - usufruto Avenida de Roma	31.521,33	-	-	31.521,33
Subsídios atribuídos - CML reconstrução do Salgueiro	528.625,00	1.011.250,00	-	1.639.875,00
Complemento estabilização - IEPF	15.160,00	-	-	15.160,00
Fundo de Jardim - BCP	17.384,74	-	1.997,92	15.386,82
Predio 5 Outubro- F. Sonda Irmãos	142.313,44	-	-	142.313,44
São Pedro - Faro- Doação	394.500,00	-	-	394.500,00
Évora-Doação	47.857,25	-	-	47.857,25
União das Freguesias de Faro- Doação	204.765,11	-	-	204.765,11
BCP- reconst Jardins	-	10.000,00	-	10.000,00
Jerónimo Martins- museu	-	100.000,00	-	100.000,00
Total	1.811.778,30	1.159.672,11	1.997,92	2.974.209,60



Spots

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

Descrição	2024			
	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundo Santa Ilemas	14.708,00	-	-	14.708,00
Resultados transitados	176.254,57	153.345,97	-	329.700,54
Doações - Usufruto Avenida de Roma	31.521,33	-	-	31.521,33
Subsídios atribuídos - GVL reconstrução do Palácio	500.365,00	128.260,00	-	628.625,00
Complemento estabilização- IEFP	15.160,00	-	-	15.160,00
Fonte do Jardim - SCP	18.477,34	-	2.092,60	17.384,74
Precão 5 Outubro- F. Santa Ilemas	142.313,44	-	-	142.313,44
São Pedro - Faro- Doação	-	384.500,00	-	384.500,00
Faro-Doação	-	47.857,25	-	47.857,25
União das Freguesias de Faro- Doação	204.765,11	-	-	204.765,11
Total	1.104.664,79	713.963,22	2.092,60	1.816.535,41

18.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2024		2023	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Fornecedores c/c				
Ativo Corrente				
Adiantamentos a Fornecedores			173,47	-
Passivo Corrente				
Fornecedores c/c	140.972,75	-	5.527,74	-
Total	140.972,75	0,00	5.254,27	0,00

O acréscimo verificado na rubrica de fornecedores refere-se essencialmente a faturas por liquidar ao fornecedor Ergsilva-Const.Restaura Edifícios Lda, devido às obras a decorrer.

25



18.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, está dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	0,00	0,00
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	1.979,65	2.375,71
IVA	90.034,54	-
Segurança Social	6.595,72	6.253,45
Total	98.609,91	8.629,16

O aumento na rubrica de Estado tem a ver com o valor a pagar de IVA por se tratarem de obras e consequentemente com inversão do sujeito passivo. Este montante foi devidamente liquidado em Fevereiro de 2025 pelo que a sociedade não tem dívidas em mora ao Estado e Outros Entes Públicos

18.8 Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 a rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Remunerações a pagar	24.591,82	23.313,72
Seguros a liquidar	-	-
Outros aumentos de gastos	10.804,54	7.930,61
Total	35.396,36	31.252,33



18.9 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, foi a seguinte:

Descrição	2024	2023
Serviços especializados	19.563,68	20.721,89
Publicidade e propaganda	5,85	
Vigilância e segurança	798,73	1.055,82
Honorários	234,00	3.015,51
Conservação e reparação	3.580,26	2.650,79
Serviços bancários	911,98	929,43
Materiais	7.265,44	7.683,46
Electricidade	11.908,91	9.918,81
Água	2.560,32	3.621,63
Outros		
Deslocações, estadas e transportes	1.121,70	4.155,09
Serviços diversos (*)	60.412,96	41.521,53
Rendas e Aluguéis		5.624,97
Comunicação	8.331,25	5.819,51
Seguros	838,71	262,02
Contencioso e notariado	350,60	
Despesas de representação	176,00	8.505,13
Limpeza, Higiene e Conforto	6.589,81	3.091,25
Prémio Abolir Sande Iemos	10.000,00	10.000,00
Prémio Imprensa	2.000,00	
Desfile Nacional Bandas Filarmónicas	17.290,90	
Outros	17.330,69	
Total	107.303,83	105.790,36

(*) Discriminadas as rubricas de maior valor

18.10 Outros gastos e Perdas

A rubrica de "Outros gastos" em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 encontra-se dividida da seguinte forma:

27



Descrição	2024	2023
IM	6.388,45	3.387,92
Imposto selo	53,97	37,85
Correções exercícios anteriores	47,34	344,31
Diversos	1.386,62	2.220,64
Donativos	1.300,00	520,00
Ofertas de existências		1.002,50
Quotizações		
Outras	86,62	668,14
Total	7.770,38	5.769,32

18.11. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Amadora, 28 de Fevereiro de 2025

A Direção

O Contabilista Certificado

4. Actividades Culturais

4.1 Folha de Eventos do Palácio

A Sociedade Histórica da Independência de Portugal conseguiu durante os primeiros meses realizar no Palácio da Independência as suas actividades apesar das obras na sede. Só no 4.º trimestre, com o Salão Nobre desactivado, é que as sessões passaram a realizar-se, por gentileza das instituições detentoras dos espaços, noutros locais como o Auditório Almirante Rogério de Oliveira, na Academia de Marinha, a Sala Algarve, na Sociedade de Geografia de Lisboa, e o Auditório do Clube dos Oficiais da Marinha Mercante, instituições a quem agradecemos o apoio prestado.

Comemorações

Para além das tradicionais comemorações do dia da fundação da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, em 24 de Maio de 1861, e do 1.º de Dezembro de 1640, a Sociedade Histórica evoca ao longo do ano outras datas importantes da nossa história, as quais são comemoradas com igual empenho e dedicação. Em 2024 foram vários os momentos comemorativos de que damos conta abaixo.

630.º Aniversário do Infante D. Henrique (1394-2024)

No dia 4 de Março a Sociedade Histórica da Independência de Portugal comemorou 630.º aniversário do nascimento do Infante, na cidade do Porto, sua cidade natal. Esta comemoração, organizada pelo Círculo do Mar, contou com o apoio da empresa Douro Azul. O tema deste ano foi “Do Mito da Escola de Sagres à Centenária Escola Náutica”. Foram oradores o Prof. Doutor Flávio Miranda, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, o Comandante José António Rodrigues Pereira e o Prof. Doutor Vítor Franco Correia, Presidente da Escola Superior Náutica Infante D. Henrique, que está a celebrar o seu Centenário.

100.º Aniversário da viagem aérea Portugal-Macau (1924-2024)

No dia 21 de Março a Sociedade Histórica, através do Instituto Bartolomeu de Gusmão, iniciou as comemorações desta importante efeméride, com uma conferência sobre a “Viagem de Portugal a Macau. Os Protagonistas”, pelo Tenente-Coronel Fernando Ribeiro. No dia 20 de Junho, para coincidir com a data do termo da primeira viagem aérea de Portugal a Macau (que partiu de Vila Nova de Milfontes no dia 7 de Abril de 1924) realizou uma segunda palestra sobre esta viagem que teve novamente como orador o Tenente-Coronel Fernando Ribeiro.

640 Anos da Batalha dos Atoleiros (1384-2024)

No dia 6 de abril, no Município de Fronteira, a Sociedade Histórica associou-se às comemorações desta grande batalha da Guerra da Independência (1383-1385). As cerimónias iniciaram-se às 10 horas com uma romagem ao Padrão da Batalha dos Atoleiros. Seguiu-se, já na avenida dos Heróis dos Atoleiros, uma parada das forças militares, com a entrega da medalha de ouro do Município de Fronteira ao Exército Português e, com muita participação da população, a inauguração do Monumento de Homenagem aos ex-combatentes Fronteirenses no Ultramar.

500 Anos do nascimento de Luís Vaz de Camões

No dia 19 de Abril realizou-se no Palácio dos Capitães Generais, em Angra do Heroísmo, uma sessão comemorativa do 500 anos do nascimento de Luís Vaz de Camões, que foi promovida pela Delegação na Região Autónoma dos Açores da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, com o Patrocínio do Representante da República (Embaixador Pedro Catarino) e em parceria com o Governo Regional dos Açores, através da sua Vice-Presidência e da Secretaria Regional da Educação, Cultura e Desporto. O evento contou com uma apresentação sobre Camões na Escola e na Sociedade, pelo Delegado da Sociedade Histórica nos Açores, Professor Doutor Eduardo Ferraz da Rosa, e com uma conferência subordinada ao tema "Camões nos nossos dias: Educação Literária para uma Cidadania Plena", pela Professora Doutora Maria do Céu Fraga.

899.º Aniversário da auto investidura de D. Afonso Henriques como cavaleiro

Nos dias 18 e 19 de Maio a Sociedade Histórica esteve em Zamora, representada pelo seu presidente, Dr. José Ribeiro e Castro e pelo presidente da Comissão Executiva do Portugal 900 anos, Prof. Doutor João Paulo Oliveira e Costa, para homenagear o nosso grande rei fundador, D. Afonso Henriques, num programa organizado pela Grã Ordem Afonsina, de Guimarães. Os actos decorreram na Fundação Rei Afonso Henriques e na Catedral de Zamora.

Dia de Portugal

A Sociedade Histórica participou no dia 10 de Junho nas Comemorações do Dia de Portugal, junto do Monumento aos Combatentes do Ultramar. A cerimónia iniciou-se com as palavras de abertura do Presidente da Comissão Executiva, o Tenente General Piloto Aviador Alfredo dos Santos Pereira da Cruz. Seguindo-se a evocação pelo Dr. José Ribeiro e Castro, presidente da Sociedade Histórica da Independência de Portugal. Depois da cerimónia inter-religiosa católica e muçulmana, fez-se a homenagem aos mortos e deposição de flores, entoou-se o Hino Nacional, com a Banda da GNR, e respectiva salva por navio da armada. Depois da passagem pelas lápides, assistiu-se à passagem de aeronaves da Força Aérea. Antes, ao início da manhã, celebrou-se na Igreja do Mosteiro dos Jerónimos uma missa por intenção de Portugal e de sufrágio pelos seus mortos, presidida pelo Senhor Patriarca de Lisboa, D. Rui Sousa Valério.

359 Anos da Batalha de Montes Claros (1665-2024)

No dia 17 de Junho a Direcção da Sociedade Histórica esteve representada pelo seu presidente, Dr. José Ribeiro e Castro, nas cerimónias comemorativas dos 359 anos da Batalha de Montes Claros. No decurso da cerimónia, na qual interveio o presidente da Sociedade Histórica para recordar a importância desta batalha, foi inaugurado o Terreiro e o Memorial da Batalha de Montes Claros, iniciativa promovida pela Fundação Batalha de Aljubarrota. Esta grande batalha, travada perto de Borba, foi a última das cinco grandes vitórias de Portugal contra os espanhóis nas chamadas Guerras da Aclamação, também conhecidas por Guerras da Restauração. Presidiu às cerimónias o Ministro da Defesa Nacional, Dr. Nuno Melo, tendo estado ainda presentes várias entidades civis, militares e religiosas.

896 Anos da Batalha de São Mamede (1120-2024)

No dia 22 de Junho, antevéspera do dia da célebre Batalha de São Mamede, o presidente da Sociedade Histórica, Dr. José Ribeiro e Castro esteve presente nas cerimónias realizadas no Campo da Ataca, em São Torcato, juntamente com o Presidente da Grã Ordem Afonsino, a Directora do CIT de Zamora e o Secretário-Geral da Fundación Rei Afonso Henriques. No dia 23, as cerimónias continuaram com uma missa na Basílica de São Torcato e um encontro oficial no Salão Nobre da Câmara Municipal de Guimarães. Neste dia estiveram também presentes o Vereador do Ayuntamiento de Zamora, Christoph Strieder, e a Vice-presidente da Câmara Municipal de Guimarães, Dra. Adelina Paula Mendes Pinto.

639.º Aniversário da Batalha de Aljubarrota

As comemorações tiveram início na véspera, dia 13 de Agosto, com o Concerto do Condestável, nas Capelas Imperfeitas do Mosteiro da Batalha. Uma iniciativa da Sociedade Histórica, em parceria com o Exército e o Mosteiro da Batalha. Actuou a Banda Sinfónica do Exército, sob a direcção do Tenente CBSMUS Renato Tomás. O programa contemplou, como é já tradição, apenas composições portuguesas. Este ano estavam previstas serem tocadas a sinfonia camoniana, de Ruy Coelho, a abertura sinfónica n.º 3 op. 21, de Joly Braga Santos, o Bosque Misterioso de A. Ribeiro Dantas e a 1.ª fantasia popular portuguesa, de J. Luís Gomes. Lamentavelmente, em virtude da chuva, o concerto teve de ser interrompido após a execução da segunda peça do programa. No dia 14 as celebrações iniciaram-se no Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota (CIBA), no Campo de São Jorge, em Porto de Mós. Estas cerimónias foram presididas pelo Ministro da Defesa, Dr. Nuno Melo. Estiveram presentes o Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, Tenente-General Maia Pereira, o presidente da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, Dr. José Ribeiro e Castro, entre outras entidades civis e militares. Depois de uma missa campal no terreno circundante ao CIBA, seguiu-se uma cerimónia militar com as forças em parada, hastear da Bandeira Nacional e do Estandarte de Nuno Álvares Pereira. O evento prosseguiu com uma homenagem aos combatentes mortos, uma evocação histórica e um discurso do Ministro da Defesa Nacional. Da parte da tarde, a cerimónia prosseguiu no Mosteiro da Batalha, com uma homenagem a D. João I, depositando-se coroas de flores no seu túmulo.

900 Anos do foral de Sernancelhe (1124-2024)

No dia 28 de Novembro, integrado nas comemorações dos “900 Anos de Portugal” a Câmara Municipal de Sernancelhe, presidida por Carlos Santos, organizou, em 26 de Outubro, as cerimónias de celebração dos 900 anos do foral do Concelho, outorgado por Egas Gosendes, por mandato de D. Teresa, em 26 de Outubro de 1124.

300 Anos da morte do Padre Bartolomeu de Gusmão (1724-2024)

No dia 5 de Dezembro o Instituto Bartolomeu de Gusmão evocou os 300 anos da morte do Padre Bartolomeu de Gusmão com uma conferência do seu vice-presidente, Dr. Henrique Henriques-Mateus.

Instituto Bartolomeu de Gusmão

No dia 25 de Janeiro o Instituto Bartolomeu de Gusmão, presidido pelo Tenente-General José Baptista Pereira, realizou no Salão Nobre do Palácio da Independência uma conferência sobre a história da aviação. Tratou-se dos “Aeródromos dos Açores: de 1930 aos nossos dias - Parte II (Faial, S. Jorge, Graciosa, Pico e Corvo)” e teve como orador o secretário do IBG, o Major Eng.º da FAP (ref) Luís Barbosa.

No dia 22 de Fevereiro, o Instituto Bartolomeu de Gusmão promoveu a apresentação da obra “Aviação Naval - Asas da Marinha”, da autoria do Capitão-de-fragata Hugo Miguel Baptista Cabral. No final o autor e o ilustrador Paulo Herlander Alegria autografaram o livro a todos os que estiveram presentes.

No dia 18 de Abril este Instituto promoveu uma conferência sobre “A Importância da Aviação na Guerra do Biafra – O Papel de Antigos Pilotos da FAP” que teve como orador o Mestre Fernando Cavaleiro Ângelo.

No dia 21 de Maio, o mesmo instituto realizou uma conferência sobre “José Sepúlveda Velloso, aviador e herói português”, da autoria do Ten. Cor. Miguel Silva Machado.

No dia 18 de Outubro este Instituto promoveu no Auditório Rogério de Oliveira, da Academia de Marinha, uma conferência sobre “O último voo de Sacadura Cabral”, proferida pelo Capitão-de-Mar-e-Guerra Hugo Miguel Baptista Cabral.

No dia 7 de Novembro realizou no Auditório Rogério de Oliveira a conferência “Memórias de uma Viagem Aérea Ímpar”, que teve como orador o Tenente-General Piloto Aviador António Carlos Mimoso e Carvalho.

Círculo do Mar

No dia 26 de Janeiro o Círculo do Mar, coordenado pelo Comandante Orlando Temes de Oliveira, realizou no Salão Nobre do Palácio da Independência a conferência

“Geoestratégia dos Cabos Submarinos e Impacto na Segurança Nacional”, que teve como oradores o Eng.º José Barros e o Cor. Luís Brás Bernardino.

No dia 19 de Fevereiro, este Círculo convidou o Eng.º José Silva Ferreira para vir falar sobre o “Plano Geral de Drenagem da Câmara Municipal de Lisboa”. A apresentação do orador esteve a cargo do Eng.º Jorge Oliveira e Carmo, engenheiro do ambiente e engenheiro sanitarista com experiência em políticas do mar e professor em economia do mar.

No dia 23 de Fevereiro o Círculo promoveu uma sessão cujo tema foi “A necessária estratégia portuguesa para a governação do Mar”. A sessão contou com uma palestra do Dr. José Poças Esteves e uma intervenção do Eng.º José Ribau Esteves que tratou da experiência autárquica nos assuntos do mar, terminando com a apresentação da petição “Comissão Parlamentar para as Políticas e Valências do Mar”, pelo Dr. José Ribeiro e Castro, e um animado debate. Foi uma sessão conjunta com a Plataforma de Associações da Sociedade Civil – Casa da Cidadania, a Associação dos Oficiais da Reserva Naval, a Confraria Marítima de Portugal – Liga Naval e a Associação 4 Shipping.

No dia 22 de Março o Círculo do Mar promoveu uma sessão sobre as “Áreas Marinhas Protegidas – à luz dos objectivos do desenvolvimento sustentável do milénio” tendo sido convidados para falar os alunos de Mestrado em Direito e Economia do Mar, Dra. Carolina Vitale Simon e o Dr. João Gouveia Firmino. A apresentação da sessão esteve a cargo do Eng.º Jorge Oliveira e Carmo.

No dia 19 de Abril, na sequência da conferência sobre o “Plano Geral de Drenagem da Câmara Municipal de Lisboa”, o Círculo do Mar visitou as obras do estaleiro principal da obra do PGDL - Plano Geral de Drenagem de Lisboa.

Em Maio, o Círculo do Mar promoveu duas conferências, uma no dia 16, onde foi abordada a questão da “Segurança Marítima – O Mundo em que Vivemos”, que teve como orador o Vice-Almirante José Pereira da Cunha e, no dia 28, abordou-se “A Aquicultura é o Futuro”, conferência que esteve a cargo do Dr. Paulo Serra Lopes.

Por último, no dia 12 de Dezembro, o Círculo do Mar, em colaboração com o Clube dos Oficiais da Marinha Mercante (COMM) realizou uma sessão no Anfiteatro da sede deste Clube, em Lisboa, dedicada ao tema “Governação e desenvolvimento portuário”. Foram intervenientes a Dr.ª Filipa Pinto Machado e o Eng.º Jorge de Almeida, com a moderação do Eng Carlos Seixas da Fonseca.

Círculo da Língua Portuguesa

No dia 30 de Janeiro, o Círculo da Língua Portuguesa, coordenado pelo Doutor Renato Epifânio, promoveu uma conferência sobre “A visão de Portugal por Casais Monteiro, 50 anos depois”, que foi proferida pelo Doutor Carlos Leone.

No dia 15 de Fevereiro, e no âmbito do mesmo Círculo, foi abordado o tema “A visão de Portugal de Agostinho da Silva, 30 anos depois”. Teve como oradores os escritores Fernando Dacosta e Jorge Chichorro Rodrigues.

No dia 6 de Abril, o Salão Nobre acolheu a apresentação da obra “Silêncios Magoados”, de José Rodrigues Antunes. A Professora Doutora Annabela Rita apresentou

o livro, via zoom. A sessão terminou com uma actuação musical da fadista Cristina Madeira.

No dia 7 de Maio realizou-se, também sob a égide deste círculo, a palestra “A escrita do sudoeste ou Cónia – Uma Escrita Pré-Romana a sul da Lusitânia”, pelo Dr. Rui Martins.

No dia 25 de Maio, o Círculo da Língua Portuguesa promoveu uma sessão cultural onde apresentou a obra “Coisas de Músicos”, de Urbano Oliveira. A sessão teve a participação do pianista Adriano Jordão.

No dia 5 de Junho, o Círculo da Língua Portuguesa homenageou o Poeta Mário Beirão. A sessão iniciou-se com a fadista Clara Sevivas a interpretar o soneto “Ocaso” que faz parte do 1.º livro publicado pelo poeta. Seguiu-se uma evocação pela familiar Maria do Carmo Holbeche Beirão Cortez e a conferência do Prof. Doutor António Cândido Franco.

No dia 19 de Junho, o Círculo promoveu uma sessão sobre “Ruy Cinatti, um poeta do Minho a Timor”, que teve como orador o Prof. Doutor António Braz Teixeira.

Círculo do Território

No dia 20 de Março realizou-se a primeira sessão do recém-criado Círculo do Território. Coordenado pelo Dr. Duarte de Lima Mayer, o Algarve foi a região eleita para a primeira conferência intitulada “O Futuro da Agricultura e do Território - O exemplo do Algarve”, sendo esta proferida pelo Eng.º Miguel Vieira Lopes.

No dia 25 de Junho realizou-se a conferência da Arquitecta Paisagista Luísa Franco intitulada “Incêndios rurais em Portugal. Uma leitura do caminho percorrido”.

Círculo da Difusão da História de Portugal junto dos Estrangeiros

No âmbito deste Círculo decorreu no dia 28 de Fevereiro o lançamento do livro “O Primeiro Império em Portugal 1807-1811. Honra e Declínio”, da autoria do Coronel Frédéric Curtaz, das Editions l’Harmattan e no dia 27 de Março, a apresentação da obra “«Ce qui nous attend» - L’Effet Papillon”, da autoria do Général Dominique Trinquand.

No dia 26 de Abril este Círculo realizou uma sessão em língua francesa, proferida pelo seu coordenador Dr. Loïc Le Cam, no Auditório da Câmara Municipal de Sesimbra sobre o nascimento de Portugal.

No dia 11 de Novembro o Círculo promoveu uma sessão sobre a fundação de Portugal no auditório do Instituto Português do Desporto e Juventude, em Faro. E no dia 12 desse mesmo mês, uma conferência na Biblioteca Municipal de Lagos que versou sobre os Descobrimientos Portugueses. Ambas as sessões foram em Francês, tendo como orador o associado Dr. Loïc Le Cam, que é o coordenador do Círculo.

Outras actividades

No dia 18 de Janeiro realizou-se no Salão Nobre uma conversa sobre a presença portuguesa em Goa, Damão, Malaca e Batticaloa, tendo como convidados o Eng.º João Calvão, do Conselho Curadores da Fundação Oriente, o Doutor João Teles e Cunha, historiador e o Pe. António Colimão, natural de Nagar Avely, especialista do Oriente.

No dia 27 de Fevereiro realizou-se a apresentação do livro “Savimbi – Um Homem no Seu Martírio”, da autoria do Dr. Xavier de Figueiredo.

No dia 29 de Fevereiro realizou-se uma sessão de fados no Salão Nobre do Palácio, coordenada pela nossa sócia Guiomar Macedo e a fadista Luciana Pitta.

No dia 26 de Março realizou-se o lançamento do livro “Os Fantasmas de Armagedão. O sionismo político na génese do conflito israelo-palestiniano - Uma análise crítica e histórica (1917-1948)”, da autoria de António Santos Silva (Editora Mosaico de Palavras). Foi convidado a apresentar a obra o nosso consócio Ten-Coronel João Brandão Ferreira.

No dia 17 de Abril realizou-se no Salão Nobre um animado debate sobre os 50 anos do 25 de Abril, com base no livro de Rodrigo Pereira Coutinho e Paulo Jorge Teixeira “Abril, pelas Direitas”.

No dia 20 de Maio a Sociedade Histórica recebeu o Grupo Coral ARPIC de Carnide, de Cante Alentejano. Seguiu-se ao canto uma prova de tìborna com raspa de laranja.

No dia 27 de Junho, realizou-se no Salão Nobre o lançamento do livro da autoria de Maria João de Castro e Rafael Rodrigues da Pena, pseudónimos de Tomás A. Moreira e Luís Sena de Vasconcelos. A apresentação da obra esteve a cargo de José Ribeiro e Castro e Miguel Côrte-Real Gomes.

No dia 3 de Julho a Embaixada da Ucrânia em Portugal, em parceria com a Sociedade Histórica da Independência de Portugal, promoveu no Salão Nobre do Palácio da Independência uma mesa-redonda sobre o tema “O papel da Ucrânia na segurança europeia: estado actual e perspectivas”. A sessão foi aberta pelo presidente da Sociedade Histórica, Dr. José Ribeiro e Castro, seguindo-se as intervenções da Secretária de Estado da Defesa Nacional, Prof.^a Doutora Ana Isabel Xavier, do Deputy Minister of Defence for European Integration of Ukraine, Dr. Oleksandr Balanutsa (por zoom) e, por fim, da Embaixadora da Ucrânia em Portugal, Dra. Maryna Mykhailenko, que interveio para apresentar os intervenientes da mesa redonda. Tomou de seguida a palavra o moderador da mesa redonda Dr. Gastón Ocampo, Secretary General – IPDAL. A que se seguiu a investigadora especializada em Relações Internacionais, Diana Soller, e o Embaixador Pavlo Klimkin. Com recurso às novas tecnologias, numa gravação, interveio depois o Dr. Nico Lange - Senior Fellow at the Munich Security Conference. A sessão terminou com Embaixador Luís de Almeida Sampaio e o Major-general João Vieira Borges, presidente da Comissão Portuguesa de História Militar.

No dia 3 de Outubro o Palácio da Independência, mesmo com o estaleiro de obras montado, recebeu o evento de lançamento de rebranding do Architect Your Home, oportunidade para debater a recuperação património arquitectónico com o Presidente da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, Dr. José Ribeiro e Castro, a Vereadora do Urbanismo, Eng.^a. Joana Castro de Almeida, e a Arquitecta Mariana Pedroso, CEO da Architect Your Home.

Visitas Culturais

No dia 15 de Março realizou-se uma visita cultural a Cacilhas, no âmbito da comemoração dos 640 anos do Combate Naval de Cacilhas (1384-2024).

No dia 22 de Março a Sociedade Histórica realizou uma visita cultural sobre a “Rota do Memorial do Convento”, de José Saramago.

No dia 19 de Abril realizou uma visita cultural a Rio Maior no âmbito da comemoração dos 200 anos da Abrilada de 1824, revolta político-militar, de carácter absolutista, protagonizada por D. Miguel.

No dia 30 de Abril realizou uma visita a Tomar, no âmbito da comemoração dos 180 anos da elevação de Tomar a cidade, pela Rainha D. Maria II, em 1844.

Em 17 de Maio, no 574.º Aniversário do nascimento de Pêro da Covilhã (1450-2024) e do 260.º Aniversário da fundação da Real Fábrica de Panos (1764-2024), visitou-se a cidade da Covilhã, terra natal de Pêro da Covilhã.

No dia 28 de Maio realizou uma visita cultural a Vila Franca de Xira.

No dia 27 de Setembro, no âmbito da comemoração dos 190 anos do desembarque em Buarcos das tropas constitucionais, no âmbito das Guerras Liberais (1834-2024), um grupo de associados foi até à Figueira da Foz.

No dia 28 de Outubro e no âmbito da comemoração dos 180 anos da morte de José Bento de Araújo, proprietário da Quinta dos Marqueses do Alegrete no séc. XIX, um grupo de associados foi visitar a Quinta Alegre e a Igreja de São Bartolomeu da Charneca.

No dia 14 de Novembro, nas comemorações dos 510 anos em que a vila de Alcobaça recebeu foral de D. Manuel I (1514-2024), um grupo de associados foi até à zona de Alcobaça e Nazaré.

No dia 6 de Dezembro realizou-se um passeio à zona de Loures e Santo Antão do Tojal, que incluiu, ainda, o Museu Municipal de Loures, situado na Quinta do Conventinho e o Museu do Vinho e da Vinha de Bucelas.

4.2 Edições e Prémios SHIP

A Sociedade Histórica da Independência de Portugal editou, em formato digital, no ano de 2024, quatro boletins trimestrais, relatando neles as diversas actividades por si realizadas e, também, as promovidas em parceria ou de acolhimento.

Também neste ano deu continuidade à revista “Independência”, revista de cultura lusitana, em formato digital, tendo o n.º 3 sido posto em linha no dia 1 de Dezembro de 2024, e o n.º 4, no dia 31 de Dezembro de 2024.

Em formato papel publicou a segunda edição, em parceria com a Casa Sasseti, da obra “O Mais Belo Álbum de Portugal – Vistas a perder de vista, lugares a nunca esquecer, gente como só nós” com fotografias de vários autores e versos de Alberto Caetano. Esta obra contou com a coordenação de José Ribeiro e Castro e esta nova edição é bilingue, tendo sido feita uma versão em capa mole e uma versão em capa dura.

No âmbito das comemorações do 163.º Aniversário da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, que este ano se realizaram no dia 4 de Junho no Salão Nobre da Câmara Municipal de Lisboa, foi entregue o Prémio Aboim Sande Lemos — Identidade Portuguesa ao Prof. Doutor Nuno Paulo de Sousa Arrobas Crato, conhecido matemático e estatístico português. Este ano o tema versava sobre as “Ciências da Natureza, Técnicas e Tecnologias”.

Nas comemorações do 1.º de Dezembro, na Praça dos Restauradores, a seguir ao 11.º Desfile Nacional de Bandas Filarmónicas 1.º de Dezembro, procedeu-se à entrega dos Prémios Imprensa Regional, retomados no corrente ano, nas categorias artigo e vídeo. Na primeira categoria foi premiado o Dr. Rui Manuel Duarte Coelho, com o artigo “A minha Pátria é a Língua Portuguesa”, publicado no periódico “Correio do Ribatejo” e na categoria de vídeo o jornalista Carlos Papafina, com o filme “Cruzeiro Ibérico do Tejo está de regresso com convite à população”, publicado no Canal Alentejo.

Ainda neste ano de 2024 decorreu a 1ª edição do prémio “Instituto dos Mares da Lusofonia”. O prémio foi atribuído ao trabalho “Entre o Céu e o Inferno – Vida e morte nos navios da Expansão Portuguesa (1497-1655)”, da autoria do Doutor Marco Oliveira Borges. Recebeu uma menção honrosa o trabalho “A atividade comercial e marítima da Foz do Mondego nos alvares da modernidade”, de que foi autor o Mestre em História Bruno Miguel Duarte Faustino.

5. Palácio da Independência

5.1 Projecto da Obra de Recuperação do Conjunto Monumental

O Conjunto Monumental do Palácio da Independência é composto por três monumentos nacionais – o Palácio, as “Chaminés do Palácio” e um troço da “Cerca Fernandina”.

Este conjunto está implantado num lote de terreno com cerca de 3.065 m², frente ao

Largo de São Domingos e enquadrado pela Rua das Portas de Santo Antão, pela Cerca Fernandina e pelas traseiras de um conjunto de prédios com frente para a Rua das Escadinhas da Barroca.

O edifício é composto por três pisos, um jardim e pátios, com acesso ao nível do piso térreo, por uma zona exterior delimitada por um gradeamento.

A intervenção a realizar teve como foco principal a criação, instalação e funcionamento de um museu, abrangendo todos os pisos do Palácio e procurando melhorar as condições de habitabilidade do edifício e a funcionalidade dos serviços que nele se encontram instalados.

A obra não foi prevista para abranger a recuperação do troço da “Cerca Fernandina”, que bem necessita de intervenção.

Depois do primeiro Protocolo assinado com a Câmara Municipal de Lisboa em 2019, para a elaboração do projecto de arquitectura, e do segundo Protocolo assinado em 24 de Maio de 2021, já dirigido à obra e seu financiamento, houve necessidade de rever os preços, em virtude do agravamento dos custos de construção provocado pela crise pandémica. Assim, em 3 de Junho de 2023, foi assinado com a Câmara Municipal de Lisboa, a Adenda que fixou o financiamento municipal em 2.022.500,00 € (dois milhões, vinte e dois mil e quinhentos euros), prevendo-se como custo da obra propriamente dita 1.850.000,00 € (um milhão, oitocentos e cinquenta mil euros).

Posteriormente, foi aberto o concurso público de que resultou, já em 2024, a adjudicação da obra à empresa ErgSilva, Construção e Restauro de Edifícios, S.A. (hoje, ErgLiz). A obra veio a ser consignada, em Fevereiro de 2024, tendo o empreiteiro oferecido o preço de 1.799.785,65€ (um milhão, setecentos e noventa e nove mil, setecentos e oitenta e cinco euros e sessenta e cinco cêntimos) e o tempo de execução de um ano – o Protocolo com a CML previra 18 meses.

A obra decorreu em muito bom ritmo, tendo a direcção de obra sido assumida por nossa parte pelo Vice-Presidente, Dr. Gustavo Mesquita Guimarães. O sistema de reuniões semanais montado permitiu o acompanhamento permanente do andamento dos trabalhos e a oportuna tomada de decisões à medida que se revelaram necessárias. Assim, foi possível ampliar a todo o edifício e a todo o espaço do jardim a incidência das obras e satisfazer novas necessidades, acolhendo todas as prioridades sem agravar os custos da execução, através de uma gestão equilibrada de trabalhos a mais e a menos. Por exemplo, para referir apenas os aspectos mais salientes, foi possível substituir a integralidade do telhado ou intervir também no espaço do Palácio que era ocupado pela Comissão Portuguesa de História Militar, antes de se mudar para a sede do Ministério da Defesa Nacional.

Até ao final de 2024, tinham sido recebidos da CML 1.516.875,00€ (um milhão, quinhentos e dezasseis mil, oitocentos e setenta e cinco euros), correspondentes a cobrir os custos com 75% da obra.

No final do ano, uma vez que não quadrava manter uma ruína na entrada do edifício reabilitado, a Direcção decidiu ordenar uma intervenção extra de restauro no tecto da entrada do Palácio, restaurando não só o tecto, mas sobretudo o brasão pintado sobre madeira, que estava muito deteriorado. Para este adicional, a Direcção tem procurado financiamento mecenático, sem prejuízo de, na gestão da obra, estar enquadrado no conjunto de trabalhos a mais e a menos. A Fundação Millennium BCP já deu uma contribuição de 10.000,00 €, esperando-se mais contributos. O custo do restauro foi orçamentado em 48.000,00 € com previsão de conclusão até Maio de 2025. A obra foi concluída em Março.

Ao longo da obra, foi solicitada a intervenção da CML junto de vizinhos que tinham cometido abusos relativamente ao Palácio. Num dos vizinhos na Rua das Portas de Santo Antão, quanto a vários contentores que, no seu logradouro, atravancavam as nossas janelas, conseguiu-se a sua remoção completa. Num edifício reabilitado que dá para o Pátio do Salema, foram entaipadas duas janelas abertas clandestinamente sobre o nosso pátio posterior – porém, haverá que manter atenção, pois aparentam estar prontas para serem reabertas à primeira oportunidade. Não foi ainda possível a firme acção municipal para repor o nível do chão do Palácio, na área da Biblioteca, removendo o “levantado” que foi erguido por um dos vizinhos na Rua das Portas de Santo Antão, ao ter levantado o tecto de uma das suas dependências, invadindo o nosso espaço. Também ainda não foi possível a remoção do pinheiro, que, pelo seu porte e um agressivo sistema radicular, causa severo dano ao terraço de entrada do Palácio e põe em risco o edifício.

Está pedida à CML a recuperação do terraço de entrada nobre do Palácio, incluindo reparação da respectiva calçada.

Está decidido pedir ao Governo e à CML a preservação e o restauro do troço da “Cerca Fernandina” adjacente ao topo Norte do jardim, incluindo a respectiva escadaria e as duas construções nesse topo Norte. A abertura ao público do jardim pode colocar em risco a segurança e integridade dos visitantes que subam a escadaria na muralha, no estado precário em que se encontra. Esta obra é um complemento indispensável da reabilitação realizada e da abertura do Museu.

A Direcção tem presente que a motivação do financiamento municipal para esta reabilitação e renovação do Palácio da Independência é a criação do museu e a sua abertura ao público. E tem presente também que, em 1940, a compra do Palácio pelo Estado, com meios angariados pela comunidade portuguesa no Brasil (além de pela Sociedade Histórica), foi destiná-lo também ao Museu da Restauração, que nunca chegaria a ser instituído e organizado. Dados estes antecedentes, ainda em 2024, junto com a empresa *Glorybox*, foram lançados os primeiros trabalhos de concepção do museu, prevendo-se desde já a ampliação da área inicialmente prevista. O orçamento é de cerca de 500.000,00 €, tendo já sido recebido e consignado um donativo do Grupo Jerónimo Martins, no valor de 100.000,00 €. Chamar-se-á Museu da Independência, em coerência com a denominação do Palácio e também por razões de comunicação. Foi prevista a instalação em três etapas em três anos, com inauguração (1.^a etapa) em Setembro de 2025.

5.2 Biblioteca da Restauração

Relatório sobre as Actividades da Biblioteca da Sociedade Histórica da Independência de Portugal em 2024

Introdução

A Biblioteca da Independência atravessou um ano de desafios e transformações devido às grandes obras de reabilitação do Palácio da Independência. Durante esse período, foi essencial garantir a preservação do acervo e planear a sua revitalização futura, com destaque para a informatização do catálogo e a estruturação de um núcleo especializado.

Suspensão das Actividades e Preservação do Acervo

A Biblioteca permaneceu inactiva devido à necessidade de remoção do acervo para a realização das obras. Durante o mês de Fevereiro o acervo foi acondicionado em 1.224 caixas (com cerca de 32 livros cada) na sala do Instituto D. Antão de Almada. Esta suspensão forçada foi aproveitada para a realização de um expurgo de insectos xilófagos e bibliófagos, garantindo a protecção do património bibliográfico.

Foi possível incluir no desenvolvimento das obras a aquisição e instalação de um moderno e amplo conjunto de estantes móveis metálicas, destinadas a guardar o acervo da Biblioteca no seu novo espaço no Palácio.

Parcerias e Projecto de Informatização

Em Janeiro de 2024, foram iniciados contactos com a Rede de Bibliotecas de Lisboa, tendo a Dr.^a Edite Guimarães Chefe de Divisão da Rede de Bibliotecas de Lisboa manifestado disponibilidade para apoiar o plano de revitalização da Biblioteca da Sociedade Histórica. Uma reunião técnica definiu a implementação de um catálogo informatizado com acesso online, compatível com a rede de Bibliotecas de Lisboa (BLX) e a Biblioteca Nacional, otimizando o trabalho de catalogação bibliográfica já realizado.

Graças à intervenção da Dr.^a Edite Guimarães, a Câmara Municipal de Lisboa, através da Direcção Municipal de Cultura, ofereceu um conjunto de estantes móveis metálicas que ficará afecto a arquivo.

Espera-se que, ao longo de 2025, seja definido e entre em aplicação um novo sistema de informatização da Biblioteca, superando em definitivo vários problemas do passado e dando resposta às necessidades de acesso pelo público e à ligação com outras bibliotecas e instituições.

Criação de um Núcleo Especializado

Foi decidido estruturar um núcleo especializado em temas centrais para a Sociedade Histórica, nomeadamente:

- Independência Nacional;
- Identidade, Língua e Cultura Portuguesa;
- Fundação da Nacionalidade e Conquista do Território
- Expansão, Descobrimientos e Territórios Ultramarinos;
- Países de Língua Oficial Portuguesa e Comunidades
- A Diplomacia na Independência de Portugal

Este núcleo posicionará a Biblioteca da Sociedade Histórica como uma biblioteca especializada de referência.

A Sala de Leitura foi redefinida em virtude da instalação do Museu da Independência, para um novo espaço amplo, que se acredita que seja suficiente. Só depois de mobilado e arranjado, esse juízo poderá ser feito.

Doações Recebidas

Em 2024, a Biblioteca incorporou cinco doações de acervos relevantes:

1. **Instituto de Filosofia Luso-Brasileira** – materiais provenientes das estantes do 1.º andar do Palácio;
2. **Dr. J. da Silva Gonçalves** – doado pela sua filha, Dr.ª Margarida Gonçalves Neto, contendo obras históricas relevantes;
3. **Dr.ª Maria Clara Marques Dias** – importante biblioteca herdada de seu pai, Coronel José Pinheiro Salvador d'Assunção;
4. **Dr.ª Aline Avellar de Aguiar** – biblioteca pessoal, actualmente em processo de tratamento;
5. **Francisco Luís Belga Ribeiro Soares** – doado pela sua filha, contendo 27 caixas de materiais valiosos.

A inventariação destas doações foi iniciada, mas temporariamente suspensa para permitir outras tarefas mais prementes. Logo que possível, deverão ser catalogadas as novas doações e refeito o catálogo.

A Biblioteca, constituída em larga medida por doações de sócios e amigos da Sociedade Histórica, guarda todas as obras que se enquadrem no escopo específico da Biblioteca da Restauração e nas áreas de que se ocupa, conservando-as, catalogando-as e disponibilizando-as à consulta de sócios, e investigadores e público em geral.

Conclusão

A reestruturação da Biblioteca da Sociedade Histórica é fundamental para a continuidade da sua missão de promoção da Língua e Cultura Portuguesa. O esforço para informatizar o acervo, consolidar um núcleo especializado e recuperar uma Sala de Leitura funcional deve ser uma prioridade para garantir que a Biblioteca continue a ser uma referência no estudo e divulgação da História e Identidade Nacional.

No ano em que se celebram os 500 anos do nascimento de Luís de Camões, é imperativo que a Biblioteca renasça como um centro de excelência na preservação e divulgação da Lusitanidade.

5. Agradecimentos

A Direcção, após apresentados os dados referentes à actividade desenvolvida em 2024, considera seu dever destacar que grande parte do que foi realizado não teria sido possível sem a boa vontade e dedicação dos Associados, que tomaram a seu cargo a responsabilidade pelas múltiplas realizações, o empenho e zelo da comunidade de trabalho, assim como de diversas entidades que deram preciosas ajudas à Sociedade Histórica.

Por isso, desejamos registar agradecimentos especiais às seguintes individualidades, instituições e estruturas orgânicas:

- A Sua Excelência o Presidente da República, Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa, pela sua presença nas Cerimónias comemorativas do 1.º de Dezembro;

- A Sua Excelência o Vice Presidente da Assembleia da República, Dr. Diogo Pacheco de Amorim, pela sua presença nas Cerimónias comemorativas do 1.º de Dezembro;

- A Sua Excelência o Ministro da Defesa, Dr. Nuno Melo, pela sua presença nas Cerimónias comemorativas do 1.º de Dezembro;

- A Sua Excelência o General António Ramalho Eanes, pela sua presença nas Cerimónias comemorativas do 1.º de Dezembro;

- A Sua Excelência o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Eng.º Carlos Moedas, pela sua presença nas Cerimónias comemorativas do 1.º de Dezembro;

- A Sua Excelência o Procurador Geral de República, Dr. Amadeu Guerra, pela sua presença nas Cerimónias comemorativas do 1.º de Dezembro;

- A Sua Excelência a Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Dra. Rosário Farmhouse, pela sua presença nas Cerimónias comemorativas do 1.º de Dezembro;

- A Sua Excelência a Secretária de Estado da Defesa Nacional, Dra. Ana Isabel Xavier, pela sua presença nas Cerimónias comemorativas do 1.º de Dezembro;

- A Sua Excelência o Chefe do Estado Maior do Exército, pela sua presença nas Cerimónias comemorativas do 1.º de Dezembro;

- A Suas Excelências os Deputados dos Partidos CDS, PS e Chega, pela sua presença nas Cerimónias comemorativas do 1.º de Dezembro;

- A Sua Excelência o Chefe da Casa Militar de Sua Excelência o Presidente da República, pela sua presença nas Cerimónias comemorativas do 1.º de Dezembro;

- A Sua Excelência o Comandante Geral da GNR, pela sua presença nas Cerimónias comemorativas do 1.º de Dezembro;

A Sua Excelência o Director Nacional da PSP, pela sua presença nas Cerimónias comemorativas do 1.º de Dezembro;

- A S.A.R. D. Duarte de Bragança e D.^a Isabel de Herédia, pelas suas Presenças nas Cerimónias comemorativas do 1.º de Dezembro;

- A Sua Excelência o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, pela sua presença nas Cerimónias comemorativas do 1.º de Dezembro;

- A Sua Excelência a Presidente da Casa Pia de Lisboa, pela sua presença nas Cerimónias comemorativas do 1.º de Dezembro;

- A Suas Excelências os representantes dos Chefes dos Estado Maior General das Forças Armadas, Estado Maior da Armada e Estado Maior da Força Aérea, pelas suas presenças nas Cerimónias comemorativas do 1.º de Dezembro;

- A Sua Excelência o Comandante da Policia Municipal de Lisboa, pela sua presença nas Cerimónias comemorativas do 1.º de Dezembro;

- A Sua Excelência o Comandante do Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa, pela sua presença nas Cerimónias comemorativas do 1.º de Dezembro;

- A Sua Excelência o Presidente da ADFA, pela sua presença nas Cerimónias comemorativas do 1.º de Dezembro;

- A Sua Excelência o Presidente da Liga dos Combatentes, pela sua presença nas Cerimónias comemorativas do 1.º de Dezembro;

- A Suas Excelências os Directores dos Estabelecimentos Militares e Civis de Ensino, pelas suas presenças nas Cerimónias comemorativas do 1.º de Dezembro;

- A Suas Excelências os Embaixadores e representantes diplomáticos dos seguintes Países: São Tomé e Príncipe, Bulgária, Brasil, Republica Dominicana, Bélgica, Principado de Andorra, Kosovo, Sérvia, Paraguai, Tunísia, China, Malta, Filipinas, Panamá, Angola, Costa do Marfim e Geórgia, pelas suas presenças nas Cerimónias comemorativas do 1.º de Dezembro;

- À Presidência da República, em particular ao Tenente Coronel Filipe Cordeiro e ao Estado Maior General das Forças Armadas, em particular ao Tenente Coronel João Souto, pelo excepcional empenho, dedicação e colaboração na organização das cerimónias comemorativas do 1.º de Dezembro, sem o qual, aquelas Comemorações não teriam o brilho e dignidade que lhes são devidas;

- Ao Estado Maior General das Forças Armadas, ao Estado Maior da Armada, ao Estado Maior do Exército e ao Estado Maior da Força Aérea, pelo seu incondicional apoio para a realização das cerimónias comemorativas do 1.º de Dezembro nos Restauradores e no Palácio da Independência;

- Ao Chefe do Estado Maior do Exército, pela colaboração excepcional prestada às cerimónias comemorativas do 1.º de Dezembro, sendo que este ano o Exército teve a seu cargo todo o cerimonial militar;

- À Casa Pia de Lisboa, pela prestimosa colaboração e presença do seu Coro Infantil e Juvenil, nas Cerimónias comemorativas do 1.º de Dezembro;

- A Sua Excelência Reverendíssima, o Senhor D. Nuno Isidro, Bispo Auxiliar do Patriarcado de Lisboa, por ter presidido à Eucaristia de Acção de Graças das Cerimónias comemorativas do 1.º de Dezembro;

- À Câmara Municipal de Lisboa, pela sempre valiosa colaboração que todos os anos concede para a realização das cerimónias do 1.º de Dezembro e à Polícia Municipal pela forma competente como coordenaram os dispositivos de segurança e trânsito nas referidas cerimónias;

- À Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública e, particularmente, aos agentes da Divisão de Segurança e da Divisão de Trânsito, pela forma eficiente como montou os dispositivos de segurança e trânsito nas cerimónias do 1.º de Dezembro;

- À EGEAC Lisboa Cultura e ao Movimento 1.º de Dezembro pela sempre valiosa colaboração que todos os anos concedem para a realização do Desfile Nacional de Bandas Filarmónicas;

- À Banda da Armada, pela brilhante actuação no concerto de Portugal, da Restauração e da Independência de Portugal, realizado no teatro S. Luiz, em particular ao seu Maestro, o Capitão de Fragata músico, Délio Gonçalves, pela brilhante direcção do concerto e de todas as bandas presentes no Desfile de Bandas Filarmónicas, na interpretação dos Hinos da Maria da Fonte e da Restauração e na marcha canção “A Portuguesa”;

- À Direcção do coro do IPE, em particular à sua aluna Alessandra Samuel, acompanhada de mais quinze alunos daquele coro, pela interpretação da marcha canção “A Portuguesa”, que finalizou o Desfile Nacional de Bandas Filarmónicas;

- Aos directores, maestros e músicos de todas as bandas que participaram no Desfile Nacional de Bandas Filarmónicas;

- Aos organismos que firmaram protocolos de cooperação estratégica com a Sociedade Histórica, estabelecendo parcerias úteis que permitiram o alargamento do âmbito das nossas actividades;

- Aos nossos associados Eng.º António Martins Pinto e Dr. José Augusto Pinho Neno pela prestimosa colaboração, empenho e dedicação com que realizam a revisão do nosso Boletim Informativo;

- Aos sócios e entidades que, com a sua generosidade, ofereceram quadros, livros e objectos vários à Sociedade Histórica;

- Aos sócios e seus familiares que, com a sua presença e justos reparos e sugestões, manifestaram a sua solidariedade e deram vida às nossas actividades;

- À Mesa da Assembleia Geral e ao Conselho Supremo pelo precioso apoio dado à Direcção;

- Aos Delegados, cuja colaboração permitiu descentralizar a actividade da Sociedade Histórica ;

- Ao pessoal, pela dedicação e pela compreensão dos objectivos da Sociedade Histórica .

Por último, cumpre-nos formular a seguinte proposta:

Que seja aprovado, pela Assembleia Geral, um voto de louvor ao Conselho Fiscal, pelo zelo, empenho e eficiência com que exerceu as suas funções, procedendo, com regularidade, ao exame das contas e actividades da Sociedade Histórica; concedendo, igualmente, à Mesa da mesma Assembleia Geral – e seu Presidente – um voto de louvor pela direcção dos trabalhos e de confiança para a redacção da Acta.